

ESE

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

Maria Regina Campaner Locatelli

**Assistência Estudantil: possibilidades e perspectivas de
permanência social na educação**

—

**MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS
EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS**

Novembro

2017

ESE

POLITÉCNICO
DO PORTO

Maria Regina Campaner Locatelli

**Assistência Estudantil: possibilidades e perspectivas de
permanência social na educação**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção
do grau de MESTRE

Orientação

Prof.^a Doutora Margarida Delgado Paiva

Prof. Mestre Manoel Messias de Oliveira

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS
EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Novembro

2017

Dedico essa pesquisa aos discentes, razão das organizações educativas existirem, aos que cotidianamente trabalham pela assistência estudantil, como um direito fundamental à educação, capaz de defender inclusão social, à permanência e ao acesso de alunos hipossuficientes nas Instituições Federais de Ensino públicas.

Aos que lutam pela assistência estudantil e pela educação pública gratuita e de direito!

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa dissertação de mestrado há muito que agradecer a diferentes atores que tornaram possível chegar à sua finalização.

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, pela sabedoria e inteligência que proporciona a todos os seres humanos.

Ao reitor do IFTM, Roberto Gil de Almeida e ao professor Doutor Fernando Diogo que firmaram parceria entre o IFTM no Brasil e a ESE em Portugal, ato fundamental para abertura desse campo de capacitação profissional *Stricto* Senso no nível de mestrado.

Ao coordenador do programa de mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração de Organizações Educativas João Paulo Delgado.

Aos professores que souberam repassar seus conhecimentos e respeitar as dificuldades e limites dessa aluna.

Aos meus orientadores José Jorge Reis, Margarida Delgado Paiva e o Co-orientador Manoel Messias de Oliveira, que despenderam não só o tempo, mas, o conhecimento, que me conduziram até as linhas finais dessa dissertação de mestrado.

Ao meu esposo pelo companheirismo, pelas palavras carinhosas quando o cansaço aparece. Aos meus filhos e minha irmã caçula que incentivaram avançar nos estudos com vistas a mudança de atitude em relação a vida e ao campo de trabalho no qual atuo.

Por fim, a todos os autores que por meio de suas obras enriqueceram meu conhecimento e deu cientificidade a este trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade, investigar na unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba, o programa de assistência estudantil. Objetiva-se compreender as causas do abandono escolar apesar da existência da política de assistência estudantil ter como propósito democratizar as condições de ensino, promover a inclusão e permanência, evitar a evasão e retenção na educação. A metodologia da pesquisa foi norteadada pelo materialismo histórico dialético, aplicado ao estudo de caso. A pesquisa empírica teve cunho qualitativo. Foram utilizados três grupos de participantes: gestores, alunos do programa de assistência estudantil do IFTM- Campus Ituiutaba, e alunos retirados do programa de assistência estudantil. Os resultados permitem identificar que apesar das medidas adotadas nos últimos anos pelos governantes e pela organização educativa estudada, o programa de assistência estudantil em sua estrutura comporta valores que dão visibilidade aos estudantes vindos das classes sociais menos favorecidas. Na execução, o programa é pouco valorizado como direitos dos estudantes hipossuficientes, e pouco trabalhado como mecanismo que pode resultar em menores taxas de infrequência e abandono escolar, apesar da importância dada ao programa pelos pesquisados.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência estudantil; hipossuficiência, abandono escolar

ABSTRACT

This study aims to investigate the student assistance program at the unit of the Federal Institute of Education Science and Technology of the Triângulo Mineiro (IFTM) - Campus Ituiutaba. It is proposed to understand the causes of school dropout, despite the existence of a student assistance policy purpose at democratizing teaching conditions, promoting inclusion and permanence, avoiding evasion and retention education. The methodology of the research was guided by dialectical historical materialism, applied to the case study. The empirical research had a qualitative character. Three groups of participants were used: managers, students from Student Assistance Program of IFTM-Campus Ituiutaba, and withdrawn students from the student assistance program. The results allow us to identify that despite the measures adopted in recent years by the government and the educational organization studied, the student assistance program in its structure has values that give visibility to students from low social class. In the execution, the program is poorly valorised as rights of the disadvantaged students, and less worked as a mechanism that can result in lower rates of infrequency and dropout, despite the importance given to the program by the respondents.

KEYWORDS: Student assistance, hypo-sufficiency, school dropout

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT.....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XIV
LISTA DE TABELAS	XV
LISTA DE GRÁFICOS	XVII
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO LEGAL	5
2.1 - Apontamentos sócio-históricos da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Públicas.....	5
2.2 – Relação universidade federal e programas de assistência estudantil	7
2.3 - Aspectos Constitucionais que amparam a Assistência Estudantil	9
2.3.1 – Aspectos educacionais na Constituição Federal de 1988	15
2.3.2 - Política Nacional de Assistência Estudantil	17
2.3.3 - A Política Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba	22
2.4 - Abandono escolar a partir do olhar do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.....	26
3. CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	33
3.1 - Problema e Objetivos	33
3.1.1 - Argumentação em defesa da relevância e da pertinência do problema indicado	33

3.1.2.- Razões da escolha do problema indicado: motivações institucionais e subjetivas	35
3.1.3 - Objetivos	36
3.1.3.1- Objetivo geral	36
3.1.3.2 - Objetivos específicos	37
3.2 – Metodologia	37
3.2.1- Pesquisa qualitativa	39
3.2.2 - Estudo de caso	41
3.2.3 - Local de estudo e participantes	42
3.2.4 – Participantes	43
3.2.5 - Técnicas de recolha de dados	44
3.2.6 - Técnicas de tratamento de dados.....	45
3.2.7 - Confiabilidade e validade	47
3.2.8 – Instrumentos para pesquisa empírica	48
4. CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
4.1 - Perfis dos gestores	51
4.2 - Perfis dos discentes do programa de assistência estudantil	52
4.3 - Perfis dos alunos retirados do programa de assistência estudantil	53
4.4 - Estruturas do Programa de assistência estudantil	57
4.5 - Execução do programa de assistência estudantil.....	65

4.6 - Impacto do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba	75
4.7 - Objetivos do programa de assistência estudantil	83
4.8 - Avaliação do programa de assistência estudantil do IFTM -Campus Ituiutaba.....	92
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICES	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CF	Constituição Federal do Brasil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM	Instituto Federal de Educação Ciência de Tecnologia do Triângulo Mineiro
IFE	Instituição Federal de Ensino pública
LDB	Lei de Diretrizes e Bases para a Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Política Nacional de assistência Estudantil
MEC	Ministério da Educação

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	51
TABELA 2	52
TABELA 3	53
TABELA 4	56

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	54
GRÁFICO 2	57
GRÁFICO 3	58
GRÁFICO 4	60
GRÁFICO 5	61
GRÁFICO 6	62
GRÁFICO 7	63
GRÁFICO 8	64
GRÁFICO 9	65
GRÁFICO 10	66
GRÁFICO 11	68
GRÁFICO 12	69
GRÁFICO 13	70
GRÁFICO 14	71
GRÁFICO 15	72
GRÁFICO 16	74
GRÁFICO 17	75
GRÁFICO 18	77
GRÁFICO 19	79
GRÁFICO 20	80
GRÁFICO 21	82
GRÁFICO 22	84
GRÁFICO 23	85
GRÁFICO 24	87
GRÁFICO 25	88
GRÁFICO 26	90
GRÁFICO 27	92

1. INTRODUÇÃO

A elaboração dessa dissertação em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração de Organizações Educativas tem por objeto, investigar na unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Educação do Triângulo Mineiro (IFTM) Campus Ituiutaba, o programa de assistência estudantil na perspectiva administrativa, com o propósito de compreender as origens de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino públicas, em especial no Campus investigado. Objetiva-se compreender as causas do abandono escolar apesar da existência de programas de assistência estudantil, os quais, têm entre seus fins, garantir o acesso e permanência dos discentes em todos os níveis de ensino ofertados pela Instituição Federal de Ensino pública.

A motivação veio do nosso contato direto com o programa de assistência estudantil desenvolvido no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Ituiutaba e da inquietação quando percebemos o movimento de discentes sendo retirados do programa no decorrer do ano letivo. Diante do exposto surgiram as seguintes dúvidas: o problema estaria na estrutura ou na execução do programa. Esses são os fatores que justificam a pesquisa.

Com o fim de fundamentar teoricamente as questões levantadas, realizamos uma revisão dos aspectos ligados à assistência estudantil na educação, tomando por base as Constituições Federais (CF) do Brasil de 1934, 1937, 1945, 1967 e 1988. Essa última inclui o dever do Estado em ofertar educação pública, gratuita e de qualidade para todos, assim como igualdade de condições de acesso e permanência.

Considerámos igualmente pertinente levar a cabo um estudo de carácter exploratório que analisou literaturas que fazem menção aos programas de assistência estudantil desenvolvidos nas Instituições Federais de Ensino (IFE) públicas. Dentre alguns autores selecionados para fundamentar a pesquisa, destacamos autores como, Costa (2010), Kowalski (2002), Graeff (2014), Rammalho (2013), Caametizick (2014) que, explanam, os aspetos legais e expõem as suas opiniões e críticas ao formato dos programas de assistência estudantil e em relação à sua efetividade para classe estudantil. Não menos importante, é a sua explanação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e do programa de assistência no IFTM – Campus Ituiutaba, e sua correlação com o abandono escolar.

Para aprofundar os temas abordados, o trabalho foi elaborado em três capítulos. No primeiro apresentamos o contexto histórico que inclui a formalização da assistência estudantil na legislação brasileira, destacando o aparato constitucional, com as leis e normas que regulamentam o sistema educacional brasileiro. Destacamos os aspectos da construção e implementação de uma Política de Assistência Estudantil, mais específicas para as universidades federais. Elaboramos uma projeção da estrutura do programa de assistência estudantil no IFTM- Campus Ituiutaba.

Por fim, retratamos aspectos do abandono escolar, que são intrínsecos e extrínsecos ao contexto das organizações educativas de modo geral, e especificamente a partir do contexto do IFTM.

No segundo capítulo explanamos as etapas da pesquisa empírica. O estudo de caso norteou a investigação, na proporção que esse considera que na pesquisa social, a proximidade entre pesquisador e objeto pesquisado, contribui tanto para a percepção de dados qualitativos como também os quantitativos. Permite, igualmente, estabelecer a relação entre o objeto estudado e as mu-

danças no seu processo, uma vez que a realidade social é dinâmica, e se encontra em constante transformação. Realizamos a pesquisa empírica com três grupos de estudo: gestores, alunos do programa de assistência estudantil e alunos retirados do programa de assistência estudantil.

No terceiro Capítulo discutimos os dados levantados na pesquisa empírica, a partir dos resultados obtidos durante a intervenção junto aos pesquisados. Ao iniciar a análise dos dados, a atenção concentra-se na identificação dos resultados, e em promover a discussão das respostas obtidas. O momento é de agir com ética e sigilo no manejo de informações, para distanciar a possibilidade de identificação dos pesquisados. O modo escolhido para tratar os dados são a classificação, a codificação e a tabulação dos dados. Desse modo, pretende-se identificar fatores que podem auxiliar na resolução das questões que nortearam nossa investigação.

2. CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO LEGAL

2.1 - Apontamentos sócio-históricos da Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Públicas

O presente capítulo tem por finalidade apontar alguns fatos históricos que marcaram a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino (IFE) públicas no Brasil, bem como, os instrumentos normativos que sustentaram os diversos programas que aos poucos foram sendo implementados, tais como: moradias, alimentação, assistência médico - odontológica, transporte, dentre outros.

Na educação, a assistência estudantil, tem a função social de disponibilizar programas, para dar condições aos estudantes provenientes das classes sociais menos favorecidas de permanecer estudando até a conclusão do curso.

Em conformidade com Costa (2010, p. 52) e Araújo (2003,25), a assistência estudantil no Brasil, de algum modo está associada às questões políticas que permeiam a realidade social do país, e encontra-se presente nas Instituições Federais de Ensino públicas. O início de ações do governo brasileiro, direcionados para estudantes da graduação, está associado à construção da Casa do Estudante na França¹, em 1929, durante o governo do Presidente da República Washington Luiz. Essa iniciativa governamental é considerada por autores como Costa (2010) Ramalho (2013) Kowalski (2012) a primeira ação direcionada aos estudantes no sentido de incluir os menos favorecidos economicamente nas IFE públicas.

¹ Todas as atividades da casa eram custeadas pelo governo brasileiro, desde gastos com a manutenção do prédio, como também a estadia dos estudantes enquanto cursavam a graduação na França.

Entretanto e de acordo com Camenietzki (2014) era uma assistência estudantil meio às avessas, visto que apenas estudantes das classes mais abastadas tinham acesso à educação superior fora do país, esclarecendo que:

[...] o ensino superior era fundamentalmente elitizado à época, sendo que, essencialmente, apenas estudantes das classes abastadas da sociedade podiam ter acesso à qualificação profissional fora do país, o que caracteriza este tipo de assistência elitizado e reforçando as desigualdades, não sendo assim, um instrumento de democratização do direito à educação (p. 4).

As críticas de Camenietzki (2014) em relação à Casa do Estudante na França não estão relacionadas à função social da casa, mas ao seguimento de estudantes que atendia, visto que apenas estudantes das classes mais abastadas do país podiam ter acesso à qualificação numa universidade fora do país. A assistência estudantil, desse modo, não poderia ser um instrumento de democratização e sim reforçadora de injustiças sociais, na medida em que a função social da assistência estudantil é dar condições aos alunos vindos justamente dos segmentos sociais mais pauperizados permitindo-lhes ter acesso e condições de se manterem estudando numa universidade pública federal.

Internamente, uma das primeiras ações relacionadas com a assistência estudantil e com a finalidade de auxiliar os estudantes carentes, partiu da iniciativa do Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1930. O mencionado governante foi o responsável por determinar a construção da primeira Casa do Estudante Brasileiro, localizada na cidade do Rio de Janeiro:

Esse espaço correspondia a “um casarão de três andares e um restaurante popular que era frequentado por estudantes carentes e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes para utilizar o benefício” (Costa 2010, p. 57).

A Casa do Estudante no Rio de Janeiro foi construída para cumprir uma importante função social que era de ofertar moradia e alimentação aos estudantes carentes do ensino superior público. Para Ramalho (2013, p. 4) “essa residência pode ser considerada, de fato, uma das primeiras iniciativas de assistência estudantil no país, relativa ao ensino superior”.

Nessa esteira, a casa do estudante pode ser considerada então a primeira ação relativa à assistência estudantil, pois tinha como atividade principal garantir permanência aos estudantes das IFES públicas.

Assim, os estudantes oriundos das classes menos favorecidas economicamente, ao ter acesso ao ensino superior público federal, tinham garantidos um lugar para morar e alimentação sem custos. Nesse sentido Ramalho (2013) argumenta que essa foi a primeira iniciativa de assistência estudantil para estudantes das universidades federais no país.

2.2 – Relação universidade federal e programas de assistência estudantil

Em 1930, as próprias instituições federais de ensino públicas manifestaram interesse em dar seguimento ao aparato social que a casa do estudante significava para os discentes. Desencadearam assim, uma série de ações administrativas dentro dos próprios estatutos para incluir e ampliar os programas de assistência estudantil aos estudantes. Desse modo passaram a ser previstos nos estatutos a construção de restaurantes, moradias e bibliotecas, concessão de bolsas de estudos, prestação de serviços de assistência médica e hospitalar.

Outro ponto relevante que constava nos estatutos das universidades federais era que os estudantes deveriam fazer parte do poder decisório da instituição por meio dos representantes dos Diretórios Centrais dos Estudantes,

além disso, cada curso deveria organizar seus diretórios acadêmicos, com prévia aprovação do Conselho Técnico Administrativo da Instituição. “Esses diretórios ficariam responsáveis pelas reivindicações do corpo discente e de tornarem os centros acadêmicos um ambiente acolhedor para os alunos” (Costa 2010, p. 55).

Dar voz ao corpo discente para conhecer suas reais necessidades passou a fazer parte da estratégia de gestão das universidades federais, em tempos de expansão desse nível de ensino. Essa abertura democrática dentro da universidade federal de acordo com Fávero (1968) estava contrapondo com a tendência da época em que o poder era calcado pela centralização e autoritarismo.

Apesar da tendência a uma centralização cada vez maior, reflexo da política autoritária adotada desde o início do Governo Provisório, houve iniciativas em matéria de educação superior, nesse período, que expressam posições contrastantes (p. 24).

Na década de 1930, de acordo com Fávero (1968), surgiu a iniciativa, dentro dos estatutos das universidades, em organizar e promover a parte assistencial entre os discentes, tais como: organizar as regras para as moradias estudantis, ofertar bolsas de emprego, zelar pela atenção à saúde, melhorar o acesso às bibliotecas. São atividades que têm a intenção de melhorar as condições de vida dos estudantes. “Essa ação foi um marco do movimento estudantil que buscou unir esforços no sentido de atender às demandas da classe estudantes no Brasil” (Camenietzkl 2014, p. 4). Fato esse, que se contrapôs ao regime político do período.

2.3 - Aspectos Constitucionais que amparam a Assistência Estudantil

O aparato Institucional para Organização da Educação, dá a entender que a Constituição Federal (CF) de 1934 em seu artigo 154º prevê a formação de fundos para garantir recursos para educação: “A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação” (Brasil 1934).

O artigo 157º estabelece o dever da União, dos Estados e do Distrito Federal reservar parte de suas economias com impostos, taxas e contribuições sociais para formar os fundos destinados para a educação. As despesas com educação serão divididas entre os dois poderes: União e Estados, visto que na divisão de poderes, o Distrito Federal equivale ao poder de Estado.

O parágrafo 2º do citado dispositivo constitucional ressalta a importância de parte dos fundos a serem aplicados no auxílio aos alunos hipossuficientes, confira-se: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas”. (Brasil 1934).

No referido parágrafo 2º consta a garantia constitucional que parte dos fundos arrecadados e destinados para a educação deveria ser aplicada em assistência estudantil. A assistência pode variar entre disposição gratuita de material escolar, bolsas de estudos, assistência com a saúde e para as moradias universitárias.

Assim de acordo com Ramalho (2013, p. 24), visualiza-se uma preocupação, no âmbito legal, em apoiar estudantes carentes matriculados no ensino superior, com a incorporação da assistência estudantil na Constituição de 1934.

A preocupação com as condições sociais e demandas dos estudantes universitários na Constituição Federal era novidade, visto que na época o ensino superior era considerado lugar acessível para estudantes vindos da elite da sociedade.

Em 1937 os estudantes universitários fundaram a União Nacional dos Estudantes (UNE), com anuência do Governo Federal e do Ministério da Educação. Essa ação simboliza fato relevante que colocou os estudantes como responsáveis pelos rumos da assistência estudantil dentro das Instituições Federais de Ensino Públicas.

Mediante ação administrativa o governo central incumbiu a UNE de ter função de organizar as atividades voltadas para a assistência estudantil. Ela ficou responsável em organizar e promover a parte assistencial entre os discentes, tais como: organizar as regras para as moradias estudantis, ofertar bolsas de emprego, zelar pela atenção à saúde, melhorar o acesso às bibliotecas. São atividades que têm a intenção de melhorar as condições de vida dos estudantes. “Essa ação foi um marco do movimento estudantil que buscou unir esforços no sentido de atender às demandas da classe estudantes no Brasil” (Camenietzki 2014, p. 4).

A Constituição Federal de 1946, reformulada, adotou uma linha mais democrática. A educação é concebida como direito de todos, iniciando assim uma nova perspectiva para os sistemas educativos conforme o Art. 166º “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. (Brasil 1946).

O referido dispositivo considera a educação como sendo direito de todos, o que contribuiu positivamente para valorizar o conhecimento e formação escolar. Para, além disso, pretende agregar uma parcela da população até então

excluída do direito de participar da vida escolar. O artigo 172º dispõe que cada sistema de ensino é obrigado desenvolver ações de assistência estudantil: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. (Brasil, 1946)

Denota-se do conteúdo do mencionado artigo que é dever de cada sistema de ensino disponibilizar assistência educacional. Essa assistência dentro do sistema de ensino será relevante para que os alunos vindos das classes menos favorecidas tenham direito não só ter o acesso ao ensino como também de ter condições para permanecer estudando.

Verificamos que houve uma mudança importante de paradigma para a assistência estudantil, pois na Constituição de 1934, estava previsto o destinar de fundos da educação para a assistência estudantil. Com a Constituição Federal 1946, torna-se obrigatório que cada sistema de ensino destine parte dos recursos arrecadados com programas de assistência estudantil.

Na década de 1950, o Brasil entra em ritmo acelerado de desenvolvimento impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, o que gerou reflexo na área da educação: houve a retomada do debate pela criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), projeto enviado para a câmara em 1948 e aprovado somente em 1961. Essa legislação tornou-se realidade trazendo um título específico acerca “Da Assistência Social Escolar”, de modo que os artigos. 90º e 91º determinam que “em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico, odontológico e de enfermagem aos alunos” (Brasil, 1961).

O artigo 90º da LDB incumbe a cada sistema de ensino não só o dever de prover a assistência estudantil, mas também de estabelecer formas de gestão que estimulem, oriente e fiscalize os serviços prestados aos estudantes.

Em conformidade com os preceitos da legislação mencionada, denota-se que as formas administrativas de assistência estudantil podem ser utilizadas pela gestão escolar para garantir a qualidade dos serviços prestados aos discentes como, por exemplo, firmando parcerias com órgãos prestadores de serviços de saúde, tais como os de serviços médicos e odontológicos.

Art. 91º A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (Brasil 1961).

O artigo 91º estabelece que as escolas devem aprovisionar assistência social aos discentes, e inclui uma série de procedimentos que vão desde o atendimento das necessidades individuais de cada aluno até ações que envolvam a comunidade².

Depreende-se, desse contexto, que na época não havia um plano geral que orientasse a condução dos programas de assistência estudantil, na medida em que a responsabilidade pela assistência estudantil era restringida ao diretor da instituição. Isso poderia levar como afirma Assis (2013, p. 22), para a focalização³, isto é, a individualização das ações dando sentido de ajuda e não de direito estabelecido em Constituição Federal.

² Nesse período ainda não havia a obrigatoriedade de o Estado prover a educação pública e gratuita, assim como também a assistência estudantil, ficava a cargo das instituições provê-las para atender casos individuais.

³ A focalização aparece quando os programas e serviços sociais assumem funções de legitimação do Estado autoritário, servindo também como aliviadores de tensão e da repressão social e para atenuar as consequências de políticas de arrocho salarial adotada (SILVA, 2008, p.27), perdendo assim sua função principal que é de reparar injustiças sociais, sejam elas, provenientes da má distribuição de renda, do desemprego etc.

Mesmo não tendo claro o caráter de direito para os alunos, ficando ainda a assistência subentendido como ajuda, ou como favor dos governos, a obrigatoriedade de sua oferta já se fez presente na Constituição Federal de 1946, embora sem descrever o formato que a assistência ao educando devesse seguir. O que a LDB de 1961 buscou, foi mostrar um caminho para que a obrigatoriedade de assistência estudantil se fizesse cumprir.

A Constituição Federal de 1967 pouco alterou os pressupostos referentes à educação⁴ O artigo 168º garante a educação como direito de todos e que a educação deve promover a unidade nacional ao acrescentar esse princípio, veja-se: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (Brasil 1967).

O artigo em destaque reordena a educação como direito de todos, tal como na Constituição de 1946 e inclui a igualdade de oportunidade. A igualdade de oportunidade significa que todos devem ter direito de acesso e de se manter na escola independentemente de classe social, etnia, cor, dentre outros critérios.

Entretanto, a Carta Magna de 1967 ainda não impõe ao Estado o dever de assegurar a estrutura organizacional da educação e tampouco o dever de garantir o acesso integral das pessoas ao sistema educacional.

O parágrafo § 2º do art. 169º estabelece que cada sistema de ensino deve preocupar-se com a assistência estudantil e, via de consequência, com o acesso das pessoas à educação. Desse modo, “Cada sistema de ensino terá, obri-

⁴ Em 1964, passou a vigorar no Brasil o Estado de Ditadura Militar. Esse regime político durou cerca de 20 anos. Na reforma da Constituição federal de 1967 houve a diminuição de direitos individuais das pessoas. A educação compreendida como direito social poucas alterações foram identificadas. A partir de 1979 começou a transição do regime militar para o regime democrático de direito no país. O processo de democratização teve como marco inicial a anistia aos presos políticos em 1979 e se concretizou com a elaboração da Constituição Federal de 1988, na qual foram ampliados os direitos individuais e sociais para os brasileiros.

gatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (Brasil 1967),

O parágrafo § 2º do art. 169º deixa a cargo de cada sistema de ensino a responsabilidade de promover serviços de assistência estudantil que garantam as pessoas o acesso e a frequência nos diferentes graus de ensino que compõem o sistema educativo.

A Lei 5.692/71 em seu artigo 62º reafirma o preceito Constitucional previsto na Constituição Federal de 1967, e vai além, pois prevê a possibilidade de envolver familiares e professores nas ações destinadas a garantir serviços de assistência estudantil como também para buscar o funcionamento adequado do estabelecimento de ensino. Esse conjunto de medidas visa a melhoria de aprendizagem e de vida do educando carente.

No parágrafo primeiro do art. 62º da Lei 5692/1971, denota-se que a assistência estudantil tem como objetivo assegurar a presença do aluno na instituição de ensino. Para isso os recursos podem ser utilizados para aquisição de material escolar, transporte alimentação, vestuário e tratamento médico.

§ 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar (Brasil 1971).

Esse mesmo parágrafo também contempla que as ações de assistência podem ser estendidas para as famílias como forma de garantir a dignidade não só do aluno como também de sua família. Visualiza-se nesse dispositivo legal a preocupação com a solidariedade humana que a educação tem como preceito constitucional.

2.3.1 – Aspectos educacionais na Constituição Federal de 1988

Ao final da década de 1970, adentrando para a década de 1980 o Brasil desencadeou um processo de redemocratização, principiada pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo. A redemocratização começou com abertura política e anistia aos presos políticos, e culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A nova Carta Magna dá ênfase aos direitos fundamentais da pessoa humana e reorganiza as políticas públicas, de modo que direitos antes pouco expressivos passaram a ter destaques tais como a universalização da saúde e da educação.

Art. 205º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil 1988).

No âmbito da educação, cabe destacar que a Constituição congrega ao longo dos artigos 205º e 206º, direitos e princípios.

Neste artigo a educação é trazida como direito de todos e fica subentendido o dever do Estado, da família e da sociedade em promover e incentivar a formação integral da pessoa humana. Há compartilhada de responsabilidade entre o Estado e a comunidade para que o acesso e permanência na escola sejam garantidos em quaisquer níveis.

Como visto nas Constituições anteriores (1934, 1967) a educação já era tida como direito de todos, mas não havia o compromisso do Estado em ofertar a educação como princípio constitucional.

Assim, a mudança expressiva trazida na Constituição de 1988 consiste no fato de que o Estado pode contar com a colaboração da família e da socieda-

de, mas é erigido como principal responsável pela oferta da educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Consoante ao estabelecido na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases para Educação - LDB, no artigo 70º complementa as disposições constitucionais no que toca ao sistema educacional, fazendo-se menção à necessidade de destinar recursos públicos específicos na manutenção e desenvolvimento do ensino, veja-se o disposto no *caput* e incisos VI e VIII:

Art. 70º. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:
VI – concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas,
VIII – aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar (Brasil, 1996).

Em certa medida a LDB de 1996 dispõe sobre a concessão de benefícios ao aluno, como por exemplo, o oferecimento de bolsas de estudos, bem como por meio da oferta de material didático e de transporte.

Entretanto, esse mecanismo assistencial não é suficiente para assegurar a permanência do aluno que frequenta os estabelecimentos educacionais, de maneira que se torna necessário o desenvolvimento complementar de políticas de assistência estudantil, inclusive com financiamento público, que não comprometa o aspecto financeiro do sistema de educação.

Tendo em vista a relevância da assistência inserida no sistema educacional, algumas medidas de caráter assistencial são desenvolvidas paralelamente ao sistema educacional, formando-se uma ponte entre educação e assistência, em que uma área complementa a outra e concomitantemente evita comprometimentos na execução da educação como um todo, para que a assistência possa configurar como âncora na fixação do aluno nas diversas etapas do ensino e aprendizado.

Nessa senda, denota-se que anteriormente a assistência estudantil não se encontrava inserida em um plano de ação governamental, sendo que a partir da C.F de 1988 houve a preocupação de estabelecer política educacional e de assistência estudantil organizada, de modo que foi sendo implementado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁵, voltado também a tornar como pontos relevantes tanto o acesso e permanência do estudante aos serviços de educação como também de ser beneficiado por ações de assistência quando necessário.

2.3.2 - Política Nacional de Assistência Estudantil

O contexto social operacionalizado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, principalmente ao valor dado aos direitos fundamentais das pessoas e as políticas sociais repercutiram num processo que objetivou melhorar as políticas de fomento voltadas para os discentes. A assistência estudantil passou a ser tema de discussão dos Reitores e Pró-Reitores das Instituições Federais de Ensino Público, diante da constatação de abandono em que se encontravam os restaurantes universitários e as moradias estudantis. De acordo com o FONAPRACE (2012) “[...] a grande maioria das IFES não possuía nenhuma política ou programa de Assistência Estudantil, a não ser a existência de alguns Restaurantes e Residências Universitárias totalmente saqueadas, e Programas de Bolsas Estudantis ineficientes” (p. 18).

Antes de reestruturar e buscar novos investimentos para melhorar a infraestrutura existente para a assistência estudantil nas IFES públicas, juntos, As-

⁵ Constituem a mesma sigla a Política Nacional de Assistência Estudantil e o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Diferenciamos a escrita por meio do artigo que antecede a escrita.

sociação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior⁶ – ANDIFES e Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE desencadearam uma série de pesquisas com a finalidade de traçar o perfil dos estudantes.

A I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Dentre outros dados relevantes, demonstrou que 44,29% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E apresentando demanda potencial por assistência estudantil (FONAPRACE, 2012, p.21).

Os dados descritos acima, segundo o FONAPRACE (2012) mostram que grande parte dos estudantes das universidades federais é proveniente das classes sociais⁷ C, D e E. Essa descoberta foi relevante para desconstruir a ideia de que as IFE públicas abrigavam apenas alunos das classes mais abastadas, bem como contribuiu para produzir documentos confiáveis para serem apresentados ao Ministério da Educação na busca de sistematizar a política de assistência estudantil, que “garantissem não só acesso e permanência, mas os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico e à conclusão do curso pelo aluno” (FONAPRACE 2007 p. 1).

O levantamento do perfil dos estudantes das IFE públicas evidenciou de forma concreta as condições sociais dos estudantes que frequentavam tais estabelecimentos de ensino.

⁶ A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior–ANDIFES foi criada em 23 de maio de 1989, sendo a representante oficial das Universidades Federais de Ensino Superior (IFES) na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativo, de estudantes e com a sociedade em geral.

⁷ No Brasil a estratificação social que é a divisão entre indivíduos de uma sociedade em: poder e riqueza, demonstrados na velha "pirâmide das classes", utiliza o critério de classificação que social adotado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). que divide a sociedade em cinco camadas, assim representadas: A, B, C, D e E. Essa métrica vale para todas as pesquisas de mercado feitas no País. Por esse critério, 68% dos brasileiros são das classes C, D e E, e representam a parcela mais empobrecida da sociedade brasileira, ante os 32% que representam a fatia dos mais ricos, que pertencem às classes A e B.

Conhecer o perfil dos estudantes foi fundamental para Reitores e Pró-Reitores iniciarem um trabalho em defesa dos direitos de inclusão e permanência da classe estudantil vindas de segmentos menos prósperos de continuarem seus estudos que culminou no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁸.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, tinha como objetivos incluir verbas específicas destinadas à assistência estudantil, na matriz orçamentária do MEC, para cada IFES; elaborar projetos especiais para recuperação e ampliação da capacidade instalada nos ambientes destinados à assistência; vinculação entre ações de acesso e programas de permanência, mediante levantamento nacional das necessidades estudantis (FONAPRACE 2012, p. 26).

A finalidade social do Plano Nacional de Assistência Estudantil consistente em atender as necessidades básicas dos estudantes tais como moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, esporte, lazer, inclusão digital, dentre outras, que cada instituição pode identificar como prioridade.

O plano demarcou áreas específicas de apoio aos estudantes, deixando a cargo de cada instituição federal de ensino pública, conhecer as peculiaridades da classe estudantil, para planejar as ações que viessem suprir demandas dos estudantes, relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, assim como aquelas ligadas à condição de hipossuficiência socioeconômica de parte da classe estudantil. Essa intervenção estatal tem por finalidade “[...] reduzir as desigualdades sociais apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes dos segmentos sociais mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas prosseguirem sua vida acadêmica com dignidade” (FONAPRACE 2007, p. 5).

⁸ A política Nacional de Assistência Estudantil é indicada com a mesma sigla do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Outro ganho importante proveniente dos dados levantados pelo FONAPRACE consiste na inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), visto que o plano encontra-se calcado em eixos que sistematizam os objetivos da assistência estudantil, ao considerar a educação direito da pessoa humana, fator de desenvolvimento econômico e social, meio de combate à pobreza, fator de redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência na educação de todos os níveis da educação.

Em 2001 a assistência estudantil foi integrada no Plano Nacional Educação com a seguinte finalidade: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (Brasil 2001, p. 37).

Com base no Plano Nacional de Educação (2001), a assistência estudantil estaria vinculada ao desempenho acadêmico do aluno carente e não na situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes.

As carências sociais não foram consideradas empecilho à permanência do estudante na graduação de acordo com Plano Nacional de Educação (Brasil 2001 p. 37).

Para o FONAPRACE (2011), a partir da inclusão da assistência no Plano Nacional de Educação, tornou-se fundamental implementar o plano para assistência estudantil nas IFES públicas com a intenção de reduzir os problemas de permanência entre estudantes da graduação.

Em 2007 a assistência estudantil foi reconhecida pelo Ministério da Educação como uma importante estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24

anos no ensino superior, e institui por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Então em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil foi instituído como medida destinada a ampliar as condições de permanência e de conclusão de curso dos jovens na educação superior pública federal:

O PNAES foi então adotado e lançado [...] como busca de solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso por parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Federais, por meio da articulação de ações assistenciais na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (ANDIFES 2011, p. 10).

Visualiza-se nesse contexto a possibilidade das IFES públicas de incorporarem ações contidas no PNAES como medida administrativa para aprimorar os programas de assistência estudantil, de modo que os estudantes se sentissem acolhidos e estimulados a concluir a graduação.

Em julho de 2010, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto nº 7.234, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil ganhou força de Lei, assim, a Assistência Estudantil deixa de ser política de governo e passa a constituir o rol de política de Estado executada no âmbito do MEC.

Em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto Nº 7.234 da Presidência da República, o PNAES foi consolidado como programa de estado e instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC. O plano foi então convertido em Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, mantendo mesma sigla (ANDIFES 2011, p. 10).

Verifica-se que o Decreto Nº 7.234/2010 pode ser classificado com um marco na política de assistência estudantil até então desenvolvida no ensino superior no país. Significa reconhecer a assistência estudantil como direito dos estudantes e não mais uma ajuda em que cada IFE pública disponibiliza para os alunos de acordo com sua estrutura orçamentária interna.

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. De conformidade com o art. 2º são objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil 2010).

O Estado, por meio do Ministério da Educação MEC, não reconhece apenas a assistência estudantil como direito dos estudantes, mas passa a prever investimentos exclusivos para os programas de assistência estudantil que cada IFE pública passará a oferecer aos alunos, como forma de garantir o acesso e permanência na educação superior. A “assistência estudantil passou assim a ser uma importante ferramenta no processo de ensino aprendizagem” (FONAPRACE 2012, p. 21).

A transformação do Plano em Política de Estado retrata a valorização plena de um trabalho que há mais de 80 anos vinha sendo desenvolvido dentro das IFES públicas e reflete um panorama que beneficia segmentos de alunos vindos das classes sociais menos favorecidas consubstanciando a assistência estudantil como um pilar fundamental na educação e formação dos estudantes.

2.3.3 - A Política Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba

O Decreto Nº 7.234 de 19 de dezembro de 2010 é o instrumento que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, a qual tem dentre os objetivos minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, democratizar as

condições de permanência e de fixação do aluno no sistema educativo favorecendo a conclusão do curso.

O Decreto referido visa ainda incentivar a frequência escolar do aluno na perspectiva de alcançar menores taxas de retenção e de evasão escolar, contribuindo assim significativamente para a promoção da inclusão social pela educação conforme estabelece o artigo 4º em seu parágrafo único:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Para alcançar os objetivos propostos pela PNAES (2010), caberá às Instituições Federais de Ensino público conceder assistência estudantil aos educandos nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Nestes termos, cabe às organizações educativas públicas converter as áreas enumeradas na PNAES (2010) em benefícios aos estudantes dentro da IFE públicas.

No Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Ituiutaba – IFTM, a assistência estudantil se expande para os cursos de graduação e os de nível médio, pois de acordo com o artigo quarto da PNAES (2010) os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia têm autonomia administrativa para atender as necessidades individuais e coletivas dos discentes.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ci-

ência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil 2010).

Consoante estabelecido no Art. 4º do PNAES (2010) os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia têm a liberdade para formular programas de assistência estudantil para as modalidades de educação que engloba no seu ambiente educacional.

Na unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM Campus Ituiutaba, administrativamente a assistência estudantil é estendida à plenitude dos alunos (nível médio e superior) observando os critérios estabelecidos no Art 5º da PNAES.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Brasil 2010).

O artigo Art. 5º da PNAES estabelece as bases para classificação dos discentes nos programas de assistência estudantil e legitima que tem direito à assistência estudantil, estudantes das IFE públicas.

No IFTM - Campus Ituiutaba os critérios de concessão de assistência estudantil seguem as orientações da PNAES (2010), sendo assim, para atender as especificidades do corpo discente foi editada a Resolução nº 84 de 1º de dezembro de 2014 formulando regras complementares para tal finalidade. Este documento versa sobre as regras que regulamentam o programa de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, bem como estabelece suas características e finalidades.

Art. 2º O programa de assistência estudantil tem como finalidade conceder os benefícios de “Auxílio Estudantil” e “Assistência Estudantil” com vistas à promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e garantia

da permanência de estudantes dos cursos regulares do IFTM, favoráveis ao êxito no percurso formativo e a inserção sócio profissional (IFTM, 2014).

De acordo com a Resolução nº 84/2014, a assistência estudantil se substancia prioritariamente na concessão de “Auxílio Estudantil” e de “Assistência Estudantil”, tendo por finalidade, sobretudo, garantir a aprendizagem e a permanência dos discentes atendidos pela instituição de ensino.

Consta no Art. 2º segundo, parágrafos 2º e 3º da Resolução 84/2014, a diferenciação entre auxílio estudantil e assistência estudantil, destinadas aos estudantes dos cursos regulares do IFTM - Campus Ituiutaba.

§ 2º Por “Auxílio Estudantil” é entendido o apoio a estudantes, financeiro ou não, para atenção à saúde, acessibilidade e para incentivo à cultura e ao esporte, concessão de alojamento nos câmpus e participação em atividades/eventos de caráter técnico-científico, didático-pedagógico (acadêmico), esportivo e cultural e seguro.

§ 3º Por “Assistência Estudantil” é entendido o apoio financeiro concedido a estudante, sem contrapartida para a instituição, para garantia de sua permanência nos estudos (IFTM 2014).

Administrativamente, o “Auxílio Estudantil” está ligado às ações pedagógicas como, por exemplo, participação dos discentes em atividades e eventos para complementar o ensino e aprendizagem. Essas atividades são estendidas para a totalidade de alunos devidamente matriculados num dos cursos regulares do IFTM - Campus Ituiutaba e independem de comprovação de renda familiar e origem escolar anterior ao ingresso do aluno no IFTM.

Quanto à “Assistência Estudantil” especificada na Resolução 84/2014 como apoio financeiro destinado para os estudantes sem contrapartida para a instituição, as regras para inclusão de alunos no programa seguem o disposto na PNAES (2010), ou seja, é reservada a estudante que comprovem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Observa-se que ações do programa de assistência estudantil seguem normas sistematizadas contidas na Política Nacional de Assistência Estudantil e na Resolução nº 84/2014. Ambos os instrumentos normativos têm força de lei e é resultado de posicionamento político das IFE públicas e têm por fim garantir direitos aos estudantes ao acesso e a permanência na Instituição de ensino.

2.4 - Abandono escolar a partir do olhar do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

No IFTM, assim como em outras instituições de ensino, o abandono escolar pode ser identificado em todos os graus, e séries de instrução, nas quais se encontram estudantes matriculados. Mas é relevante indagar: o que é abandono escolar?

Para Juhann (2012) a evasão escolar está caracterizada como um movimento interrompido antes que fosse finalizado.

a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola (p. 65).

Johann (2012 p. 65) alega que o abandono escolar pode ser visto como um rompimento definitivo e voluntário do aluno com a organização educativa. Desse modo o abando escolar se concretiza quando o aluno rompe os laços com a escola. Ele pode ser momentâneo⁹ ou definitivo, visto que há vários elementos que interferem na decisão do aluno em romper com os estudos.

⁹ O abandono escolar pode ser considerado momentâneo, por exemplo, quando o aluno pede transferência para ir continuar sua vida estudantil em outra instituição de ensino. Dessa forma, o abandono escolar vai ser concreto

De acordo com Ristoff (1999), o abandono escolar não está relacionado apenas ao afastamento do aluno do ambiente escolar, mas sim a procura de novos caminhos.

Parcela significativa do que chamamos de evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso nem do aluno, nem do professor, nem do curso ou da instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades (p. 125).

Perante o posicionamento de Ristoff (1995), nem sempre o abandono escolar é sinónimo de fracasso ou de exclusão. Segundo o autor, a evasão pode estar relacionada a uma mudança de objetivos por parte do estudante, como por exemplo, trocar de curso, de instituição, ou mesmo de local de estudo. Além disso, pode ser visto como resultado de um processo natural, de crescimento do individuo ou de vontade de buscar novas oportunidades estudantis.

Existem várias tentativas de definição, mas para delimitar este trabalho, podemos atestar que o abandono escolar pode ser compreendido como uma fuga ao direito à educação, e encontramos assim definido pela instituição:

[...] como interrupção no ciclo de estudos, influenciada por diversos fatores internos e externos à instituição, é considerada um fenômeno complexo, que tem interferido no contexto educacional de instituições públicas e privadas, comprometendo o efetivo do direito à educação de qualidade para todos (IFTM 2014 p 8)

Nesse sentido, o abandono escolar é retratado não só como interrupção do ciclo de estudo pelo aluno, mas também a perda de direito fundamental.

Esta concepção é ratificada por Koswalski (2012) quando alega: a exclusão na educação implica a negação de direito. Direito esse, intrínseco na Consti-

apenas para a organização educativa que o discente deixou para trás, mas para esse mesmo estudante a sua vida estudantil terá continuidade em outro local.

tuição Federal de 1988, e reafirmado na PNAES, que opera medidas de inclusão e permanência na educação.

A exclusão ao ensino superior ainda é um fato estarrecedor que assombra nossa realidade, denotando que as dinâmicas de inclusão adotadas pelo Estado acabam sendo insuficientes para reverter o processo de marginalização e negação de direitos que envolve as facetas de segregação social dentro e fora das IES. A partir disso, percebe-se a necessidade da construção de processos sociais de inclusão, com intento de reverter as mais variadas causas de exclusão social, já que a lógica da inclusão excludente remete à negação do direito à educação, principalmente para aqueles mais vulnerabilizados (p. 137).

Para Kowalski (2012), a educação deve ter como objetivo democratizar as condições de ensino, de modo que as diferenças sociais, não se constituam empecilhos para fixar os discentes nas organizações educativas, visto que, a exclusão remete à negação de direitos.

Para ajudar compreender as principais causas que levam os discentes a evadirem do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, foi realizado um levantamento mediante o qual foram identificados inúmeros fatores que motivam o abandono entre os discentes dessa organização educativa:

dificuldades na formação escolar anterior; não adaptação à vida acadêmica; problemas financeiros do estudante ou da família; estudo paralelo em outra instituição; incompatibilidade com o horário de trabalho; distância entre sua moradia e a instituição; problemas familiares; o curso não atendeu às expectativas dos alunos; dificuldades em conciliar o trabalho com os estudos; indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição; falta de transporte adequado para chegar à instituição (IFTM 2014, p.13).

Essas dimensões são compreendidas como causas externas ao ambiente educacional, mas refletem-se na vida escolar dos discentes, quando provoca o abandono escolar.

Quanto às dimensões relacionadas com causas internas do IFTM encontramos as seguintes: falta de estrutura do *campus* em relação a ambiente e ferramentas¹⁰; desconhecimento do mercado de trabalho; retenções em disciplinas ou estágio (IFTM, 2014, p.14).

Os elementos encontrados no estudo realizado pelo IFTM, em relação ao abandono escolar, são provenientes de fatores externos que estão relacionadas às condições de vida do estudante, e de causas internas ligadas a estrutura escolar.

Para encarar as disparidades sociais, o IFTM implementa o Programa Nacional de Assistência Estudantil. O programa de assistência estudantil norteado pelo Decreto 7.234/2010, e pela Resolução 84/2014, dispõem de normas para o acompanhamento da frequência escolar dos discentes.

Art. 35 º A permanência do estudante beneficiado pelo programa de assistência estudantil na modalidade disposta no §1º do art. 24 deste regulamento ocorrerá mediante acompanhamento mensal da frequência e da continuidade da sua situação em vulnerabilidade social (IFTM 2014).

O Art 35º da Resolução 84/2014, estabelece que para o discente permanecer no programa de assistência estudantil, ele deve ser assíduo e frequentar as aulas. O acompanhamento da frequência será mensal. Esse dispositivo tem como fim, manter o estudante a receber benefício assistencial, e ao mesmo tempo, evitar o abandono escolar. Entretanto, quando essa norma não é devidamente cumprida pelo discente, ele é retirado do programa, e assim, o que seria o mecanismo de mantê-lo na instituição, converte-se em instrumento motivador do abandono. Esse fator é severamente criticado por Kowalski (2012), que alega que a relação entre o programa de assistência estudantil e

¹⁰ Aqui se trata de ferramentas de gerenciamento acadêmico institucional.

as condicionalidades para permanência constituem perda de direitos para os discentes.

O acompanhamento das condicionalidades para o recebimento do benefício do programa de assistência estudantil está relacionado ao caráter punitivo e as percepções do não direito estão arraigadas nas concepções e práticas dos operadores da política. Além disso, questiona-se a garantia de um direito que, para ser usufruído implica deveres, o que parece estar diante de um favor e não de um direito, ou ainda, de um direito pela metade (p. 153).

Na concepção de Kowalski (2012), condicionar a assistência estudantil a deveres que os discentes têm que cumprir, deixa os discentes em situação de vulnerabilidade. No mesmo sentido, cita a autora que:

[...] a garantia de direito é compreendida pela lógica da contrapartida, ou seja, se, por um lado, há a concessão de direito, por outro lado, há o dever do aluno em dar uma contrapartida (“pagamento”) em relação àquilo que lhe foi confiado (p. 153).

Ao estabelecer a contrapartida para permanência do discente no programa de assistência estudantil, como o controle da frequência, estabelece-se mais um dever do que propriamente um direito. Fortalece mecanismos de exclusão ao invés de criar estrutura, de cuja função principal, deveria ser “contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (Brasil 2010).

Desse modo, verificamos que, a educação deve-se pautar em valores e princípios, capazes de operacionalizar estratégias de ação frente às questões de retenção e abandono escolar, com constância e direção social, tendo por base que, o abandono escolar no IFTM é compreendido como perda de direitos, o que avigora o cuidado, principalmente nos casos em que o abandono é proveniente da hipossuficiência.

No próximo capítulo, apresentamos o eixo central da investigação: problema, objetivos, metodologia, motivação, relevância da investigação, com a finalidade esclarecer dentro da pesquisa caminhos trilhados, garantir a cientificidade da pesquisa e a segurança dos resultados obtidos. Neste capítulo, apresentamos a questão norteadora de nossa investigação, bem como as indagações que motivaram nossa pesquisa.

3. CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

3.1 - Problema e Objetivos

A pergunta de partida, desta investigação, consiste em averiguar se os programas de assistência estudantil têm contribuído para permanência dos discentes no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Ituiutaba e, por conseguinte evitado a retenção e evasão escolar.

Caso os programas de assistência estudantil, adotados pelo IFTM - Campi Ituiutaba não estiverem garantindo o acesso e a permanência dos discentes nos diferentes níveis de ensino, verificar-se-á se o insucesso se fundamenta no planeamento ou na execução.

3.1.1 - Argumentação em defesa da relevância e da pertinência do problema indicado

A assistência estudantil foi planeada para minimizar as expressões da questão social presente no cotidiano dos alunos nas IFE pública, tendo em vista que é uma política social, que tem entre seus objetivos efetivar a democratização da educação, e, por conseguinte, ampliar os direitos à educação para jovens oriundos de classes menos favorecidas. Desse modo procura atuar na raiz de um dos mais antigos problemas sociais que afligem as sociedades modernas que é a pobreza, pois de acordo com Decreto nº 7234/2010 “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmi-

co e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”.

Em consonância com as finalidades do Decreto nº 7.234/2010, a assistência estudantil, é planeada para atender estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, tendo em vista que, em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais chega a 8,5%. Quanto às taxas médias de abandono escolar, os indicadores sociais mostram que um em cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental o abandona antes de concluir a última série. No ensino médio a taxa de evasão é 11,60%, e no ensino superior a taxa de evasão chega a 43%.

No IFTM Campus Ituiutaba de acordo com Relatório de Gestão 2014, a cada 100 alunos matriculados 54% concluem os cursos iniciados. Depreende-se, que, quase a metade dos alunos que iniciam um curso na Instituição ficam retidos ou abandonam a escolaridade antes de concluir a formação almejada.

Não obstante a existência de diferentes programas visando garantir o acesso e a permanência dos alunos no IFTM- Campus Ituiutaba, constata-se um elevado grau de abandono, que em 2014 chegou a 46%. Diante do exposto indaga-se: *Como é que estes programas implementados pela Instituição, não atingem os resultados esperados? Não chegam aos alunos? Possuem deficiência na sua estrutura ou na sua aplicação?*

Nesse contexto, e por acreditar na importância de aprofundar o estudo a respeito da Política Nacional de Assistência Estudantil, propomo-nos verificar qual o alcance desta na vida dos estudantes assistidos pelo programa no IFTM- Campus Ituiutaba; Analisar qual o papel da gestão e dos gestores na condução da política de assistência estudantil; Verificar o alcance e as possíveis falhas nos programas de assistência estudantil que visam garantir a per-

manência dos discentes e os motivos do abandono, não obstante os esforços para evitar. Essas são as questões de partida para investigar no IFTM- Campus Ituiutaba.

3.1.2.- Razões da escolha do problema indicado: motivações institucionais e subjetivas

A educação e o ambiente educacional são influenciados pelo contexto social no qual o educando e educadores estão envolvidos, uma vez que, o processo de ensino e aprendizagem não é neutro. No cotidiano brasileiro, seja dentro ou fora do ambiente escolar, encontramos as desigualdades sociais, provenientes da pobreza, da falta de oportunidades de acesso aos bens materiais e sociais dentre outras.

No Brasil, de acordo com o censo 2010, 25% das pessoas tinham rendimento médio nominal mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 188,00 e metade da população recebia até R\$ 375,00, valor inferior ao salário mínimo em 2010 (R\$ 510). Enquanto cerca da metade da população urbana recebia, em média, até R\$ 415, nas áreas rurais esse valor era de aproximadamente R\$ 170. Desse fato, depreende-se que, na educação há um grande número de alunos vindos das camadas sociais hipossuficientes. A ausência de renda familiar para manter os filhos estudando indica que a desigualdade social permeia o âmbito escolar do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro-Campus Ituiutaba. Para Iamamoto (1998), a desigualdade social presente na educação está entre as várias expressões da questão social incutida na sociedade.

Com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais na educação as organizações educativas tendem a investir em melhorias na qualidade do, em

programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão com destaque para os programas de assistência estudantil, visto que, este tem entre seus objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação e, mesmo assim, o abandono escolar faz parte da realidade escolar.

Surgiram assim, os motivos para investigarmos o possível insucesso do programa, tornando-se relevante verificar, se a assistência estudantil é um elemento na educação que contribui para garantir os direitos de inclusão e de permanência dos estudantes, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba.

3.1.3 - Objetivos

Pretendemos, com a nossa investigação, conhecer como os gestores do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Ituiutaba, formalizam ações inclusivas, visando o acesso e a permanência dos discentes nos diferentes cursos oferecidos por esta instituição.

3.1.3.1- Objetivo geral

Pretendemos, igualmente, Investigar o programa de assistência estudantil e demais ações dos gestores do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Ituiutaba com o fim de averiguar o impacto destas ações no sucesso e na taxa de abandono dos discentes por ela atingidos.

3.1.3.2 - Objetivos específicos

- Conhecer a origem do programa de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior;
- Conhecer o programa de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro IFTM - Campus Ituiutaba;
- Avaliar a percepção do Programa de Assistência Estudantil pelos discentes;
- Identificar e conhecer as práticas dos gestores e o modo como o programa está a ser implementado, desenvolvido e avaliado por eles;
- Compreender os motivos que levam os alunos, que recebem a assistência estudantil para sua permanência no IFTM - Campus Ituiutaba, a abandonarem os seus estudos, perdendo a bolsa de assistência.

3.2 – Metodologia

A investigação partiu da elaboração de aspectos históricos da assistência estudantil, inserida nas IFE públicas, que de acordo com Grafft (2014) “envolve aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos” (p. 45).

Podemos definir a metodologia em trabalhos científicos com sendo o “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (Gil 2003, p.8). Corroborando com Gil, Prodanov & Freitas (2013, p. 14) argumentam que “a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

O método materialista crítico dialético, elaborado por Karl Max, engloba a historicidade dos fatos e sua conexão com o presente, quer dizer descreve o movimento real entre passado e o presente, e pode ser utilizado para analisar fato. Segundo Marx (2002)

a investigação tem de se apoderar da matéria em seus pormenores, que analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (p. 28).

Assim de acordo com Marx (2002) a pesquisa permite apoderar da matéria, a dinâmica dos processos sociais, e estabelecer conexões entre fatos gerais e singularidades.

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados (Gil, 2008, p.22).

De acordo com Gil (2008), o materialismo histórico analisa as disparidades históricas do desenvolvimento social e procura sua conexão como movimento real.

Desse modo, o método consiste no caminho e nas escolhas a ser percorrido pelo pesquisador dentro de uma realidade que se encontra em constante movimento e transformação. Desse movimento é possível apreender fatos passados e inquirir relação com o fenômeno que ser estudado na sua singularidade.

Em relação ao estudo, para obtenção de dados e informações sobre a temática, será realizada a pesquisa bibliográfica, documental e empírica. O levantamento bibliográfico, essencial para o suporte teórico, será realizado por meio de livros, artigos, sites da internet, mapas, legislações, em especial o

PNAES. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 158), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Para aprofundar as informações teóricas da pesquisa bibliográfica, será realizada uma pesquisa documental com o objetivo de coletar mais informações sobre a assistência estudantil e o abandono escolar entre os alunos que pertencem ao programa. Os dados serão obtidos por meio de documentos fornecidos pelo órgão e relatos dos profissionais que trabalham diretamente com o programa. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental tem por característica a análise de documentos, considerada como fontes primárias, escritos ou não.

3.2.1- Pesquisa qualitativa

Visando conhecer melhor o programa de assistência estudantil na educação, será realizada uma pesquisa de campo de caráter exploratório, com análise qualitativa.

Em relação às pesquisas exploratórias Gil (2002, p. 41) argumenta que ela “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-lo mais explícito ou construir hipótese”.

Quanto à pesquisa qualitativa, ela permite aprofundar o conhecimento dos fenômenos que envolvem o objeto estudado – O Programa de assistência Estudantil no IFTM- Campus Ituiutaba. Consoante a isso, Gil (2003), destaca que ela é indicada nas pesquisas de campo, nos estudos de caso entre outras pesquisas sociais, as quais não exigem “fórmulas ou receitas predefinidas para ordenar os pesquisadores” (p. 175). Entretanto, “a pesquisa qualitativa passa

a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador” O lado especial e que “enriquece a pesquisa social, visto que ela proporciona ao pesquisador apreender não somente fenômenos sociais, político e econômicos da realidade, mas também as crenças, aos valores e aos significados que os fatos influenciam na realidade investigada” (Gil 2003, p. 175).

Para Minayo (2002) a pesquisa qualitativa preocupa-se, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha um nível de significado, causas, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo 2002, p.21 e 22).

Na pesquisa social proporciona a perspectiva de captar da realidade os significados dos fenômenos que não podem ser quantificados como os sentimentos, os valores e as aspirações, quer dizer aquilo que é subjetivo.

Entretanto Minayo compreende que as pesquisas qualitativas e quantitativas não se opõem, mas sim se complementam. “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém não se opõem. Ao contrário se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (Minayo 2002, p. 22).

Desse modo, de com Minayo (2002) e Gil (2003) a pesquisa qualitativa na pesquisa social, pode ter o papel de transformar a leitura social em leitura científica dos fenômenos apreendidos da realidade social estudada.

3.2.2 - Estudo de caso

O estudo de caso é um método que se pode aplicar na pesquisa social, pois, deixa ir além das aparências do fenômeno, ou seja, permite aprofundar o estudo no objeto que se pretende investigar, para conhecer detalhes obscuros que diante de uma análise superficial não pode ser identificado.

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil 2002, p. 54).

De acordo com Gil, o estudo de caso é indicado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

Para o autor o estudo de caso durante muito tempo foi considerado inapropriado para pesquisas sociais. Era tido como um método que tinha pouco rigor científico, o mesmo seria utilizado apenas em estudos exploratórios.

Contudo, hoje ganhou reconhecimento como método eficaz no estudo de fenômenos sociais em que o contexto é facilmente identificado “para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (Gil 2002, p. 54).

De acordo com Gil (2002) o estudo de caso é indicado para analisar fenômenos em seu ambiente real, e defendendo o autor que o limite entre o fenômeno e o ambiente é quase imperceptível.

Desse modo verifica-se que o estudo de caso contempla a investigação entre alunos e gestores no IFTM - Campus Ituiutaba diante do contexto real que ocorre o fenômeno “assistência estudantil”.

3.2.3 - Local de estudo e participantes

O contexto de estudo será o IFTM- Campus Ituiutaba, uma unidade de expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, localizado na cidade de Ituiutaba no Estado de Minas Gerais e que desde 2009 aplica o programa de assistência estudantil aos alunos em três modalidades de ensino.

Para o ingresso nos cursos superiores das Instituições Federais de Ensino Superior os alunos são classificados por meio da nota do Exame Nacional Ensino Médio¹¹ – ENEM e do Sistema de Seleção Unificada – SISU, este é um processo de nível nacional, disponibilizado pelo Ministério da Educação, que usa a nota do ENEM e de cotas¹² para fazer a distribuição das vagas ofertadas pelas Instituições Ensino Superior Pública.

Para os alunos dos cursos técnicos, integrado e concomitante, o ingresso se dá por meio de processo seletivo estabelecido pela gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Nesse exame interno estão previstos juntamente com a nota as cotas¹³ para abarcar as diferentes classes sociais.

¹¹ No Brasil desde 1998 o Ministério da Educação criou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final de sua jornada pela educação básica, buscando contribuir para a melhoria na qualidade da escolarização. A partir de 2004, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior, seja utilizando resultados do Enem como fase única de seleção ou combinando com os próprios processos seletivos de cada universidade, assim democratizando as oportunidades de acesso as vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

¹² O sistema de ensino federal público no Brasil utiliza a Lei Nº 12.711 de agosto de 2012, popularmente conhecida como lei de cotas. A referida Lei consiste em ações afirmativas na qual prevê que 50% das vagas serão reservadas para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, e aos auto declarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

¹³ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nele se inclui o IFTM-Campus Ituiutaba utiliza a Lei Nº 12.711 para seleção e ingresso dos alunos no curso de nível médio. Os candidatos serão classificados por *campus/cursos*, segundo o seu desempenho no Processo Seletivo, observados o número de vagas oferecidas e a

3.2.4 – Participantes

A amostra da pesquisa foi composta por:

- Alunos que fizeram parte da assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba e foram “retirados” do programa.
- Alunos que fizeram e fazem parte do programa de assistência estudantil e que no ano de 2017 estão nos anos finais do curso no qual fazem parte.
- Diretores e Gestores que lidam diretamente com a estrutura do programa de assistência estudantil no IFTM.

Para compor a amostra da pesquisa com os gestores, utilizamos a seguinte técnica: primeiramente convidamos os cinco gestores da instituição, que atuam nos tramites de implementação do programa da no IFTM- Campus Ituiutaba, para participar da pesquisa. Após a concordância deles o questionário foi enviado via online e através do email aos colaboradores e todos deram sua contribuição para pesquisa.

Para compor a amostra dos alunos do programa de assistência estudantil do IFTM – Campus Ituiutaba foram convidados alunos que estão a frequentar o último período/ano do curso nos quais se encontram matriculados. A técnica utilizada foi a seguinte: pedido de participação dos sessenta e cinco discentes que fazem parte do programa de assistência estudantil de forma presencial e em sala de aula. Explicamos que o questionário seria enviado no email de cada aluno. Após a solicitação de colaboração, dos sessenta e cinco discentes, trinta e quatro se dispuseram participar da pesquisa. Enviamos o

opção de vaga escolhida pelo candidato no ato da inscrição (PcD- pessoas com necessidades específicas, ampla concorrência ou reserva de vagas), seguindo o estabelecido no art. 4º da Lei N º12.711.

formulário no email de 34 discentes do programa de assistência estudantil do IFTM – Campus Ituiutaba, e onze alunos responderam ao questionário.

Para compor a amostra dos discentes retirados do programa de assistência estudantil do IFTM- Campus Ituiutaba, foi utilizado a seguinte técnica: pesquisamos no programa de assistência estudantil do ano anterior (2016). De duzentas e vinte cinco bolsas distribuídas, 29 alunos foram retirados do programa. Com alguns fizemos o convite em sala de aula, com outros via telefone. Foram enviados quatorze email's com o questionário, no entanto, somente cinco alunos colaboraram na pesquisa.

3.2.5 - Técnicas de recolha de dados

Para compreender as causas do abandono escolar entre os alunos retirados e infrequentes será elaborado um questionário para coletar dados entre essa categoria de alunos. Para compreender o impacto da assistência, na vida dos alunos que fazem uso desse programa para dar continuidades aos estudos um segundo questionário que será aplicado entre os alunos que frequentam cursando o último ano de estudo na Instituição. Para conhecer o programa aplicado no IFTM Campus Ituiutaba desde seu desenho estrutural, sua organização e implementação, será aplicado outro questionário para os gestores do IFTM - Campus Ituiutaba. Com os questionários aplicados entre essas três categorias de envolvidos no programa de assistência estudantil poderemos verificar os embates que o programa traz para o contexto da instituição educativa, considerando que desde 1929 ações assistenciais fazem parte da vida estudantil nas IFE públicas.

Para atingir o objetivo acima exposto foram elaborados três questionários. Cada questionário continha perguntas específicas para que cada grupo

pudesse responder e deixarem suas percepções do programa de Assistência Estudantil regulamento a partir do Decreto 7.234/2010. Do mesmo modo cada questionário contém perguntas que são idênticas aos três grupos de investigados. A partir dessas perguntas similares poderemos fazer uma triangulação das respostas obtidas durante o período de coleta de dados

Foi utilizado como referência para organizar as perguntas a tabela Likert, com cinco opções de respostas.

Na construção da escala de atitudes, o modelo adotado foi do tipo Likert, que objetiva verificar o nível de concordância do indivíduo com uma proposição que expressa algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico. Espera-se que os indivíduos que apresentem atitudes favoráveis a determinado tema possivelmente concordem com itens que expressem algo positivo sobre a questão, e aqueles com atitudes negativas concordem com itens que expressem aspectos desfavoráveis ao tema e discordem daqueles que salientem pontos positivos (Miranda, Pires, Nassar e Silva 2008 p. 106).

Após a organização do formulário, as perguntas foram trabalhadas dentro do Google forms e enviadas para os participantes da pesquisa via email.

Os questionários ficaram disponíveis no email dos grupos escolhidos para coleta de dados durante um período de 20 dias. Após esse período os formulários foram desativados.

De posse dos resultados, iniciamos o período de verificação e tabulação dos resultados. Os dados coletados foram organizados em tabelas. Com os dados discriminados em tabelas iniciamos a fase discussão e apresentação dos resultados adquiridos na pesquisa empírica.

3.2.6 - Técnicas de tratamento de dados

Para melhor analisar as informações coletadas durante a pesquisa empírica, Rudio (1980) explica que o processo precisa passar por três processos dis-

tintos uns dos outros, embora se complementem. São eles: classificação, codificação e a tabulação dos dados.

Tendo os dados em mãos, o pesquisador precisa fazer a classificação dos dados “a classificação é uma forma de discriminar e selecionar as informações obtidas, a fim de reuni-las em grupos, de acordo com o interesse da pesquisa” (p. 99).

Em seguida os dados passam pela codificação, que é o modo como os dados vão se relacionar e para ser apresentados em tabela. Segundo Rudio (1980, p. 100), codificar é o processo pelo qual se coloca uma determinada informação ou dado na categoria que lhe compete [...] podem ser apresentados na forma de palavra ou na forma de linguagem numérica.

Após a codificação dos elementos da pesquisa, inicia-se a fase de tabulação dos dados, que nada mais é que apresentá-los em tabelas ou graficamente para serem interpretados e comentados aligeiramente.

Esse mecanismo de expor os dados em tabelas ou gráficos consiste na tabulação, e Rudio (1980) explica como deve ser sua utilização:

a tabulação serve para designar o processo, pelo qual se apresentam graficamente os subsídios obtidos das categorias [...] permite sintetizar os dados de observação, de maneira a serem compreendidos e interpretados rapidamente e ensejando apreender-se com um só olhar as particularidades e relações dos mesmos (p. 101).

Dessa maneira, após a classificação, codificação e tabulação dos dados coletados na pesquisa empírica, estes estarão prontos para serem descritos e interpretados de acordo com as respostas dos entrevistados e a luz da pesquisa científica.

A partir da interpretação dos dados, podemos verificar se o problema (aplicação do programa de assistência estudantil) está ou não a atingir os objetivos esperados. Se não estiver atingindo os fins estabelecidos, deseja-se averi-

guar se os motivos se encontram no planeamento em sua execução e, ainda verificar se é possível contribuir para o aperfeiçoamento ou complemento do referido programa. Por fim, pretendemos verificar como esse programa está sendo implementado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Ituiutaba e os motivos da evasão escolar nessa instituição.

Diante dos procedimentos pelos quais os dados da pesquisa empírica deverão ser submentidos, acreditamos que os resultados poderão contribuir para possíveis respostas aos questionamentos previamente levantados. Examinar se a PNAES está ou não atingindo os objetivos esperados no IFTM-Campus Ituiutaba, e quiçá levantar novos questionamentos e abrir margens a futuras investigações.

3.2.7 - Confiabilidade e validade

Antes de iniciar qualquer pesquisa, é dever do investigador informar o visado dos seus objetivos, fornecer informações de como os dados serão tratados e em seguida pedir ao pesquisado que assine o termo livre e esclarecido no qual, tanto afirma que concorda em participar da pesquisa mesmo havendo algum risco, como também o pesquisador se compromete em agir com ética, manter a privacidade e sigilo dos dados colhidos de cada sujeito pesquisado. “A troca de informações entre usuário e profissional está a princípio ligada ao clima de confiança que se cria na relação entre ambos” (Junges, Recktenwald, Herbert, Moretti, Tomasini e Pereira, 2015, p. 205).

A ética, o sigilo e a privacidade do pesquisador com o tratamento dos dados da pesquisa são pontos cruciais para prevenir que não haja revelação de informações que põe em risco a segurança dos dados colhidos e consequen-

temente dos sujeitos envolvidos. Sobre esse assunto, Junges, Recktenwald, Herbert, Moretti, Tomasini e Pereira (2015) argumentam que “o sigilo e a privacidade referem-se à maneira pela qual os profissionais devem tratar as informações colhidas no atendimento” (p. 205).

Fatores como o comportamento, a conduta ética e a seriedade do pesquisador, juntamente com o sigilo, devem nortear o trabalho de pesquisa para criar um clima de confiabilidade com os sujeitos pesquisados. Outro fator que pode ser utilizado pelo pesquisador para diminuir a possibilidade de identificação do sujeito participante da pesquisa é a codificação dos dados antes de tabular as informações colhidas na pesquisa. Essas são algumas atitudes que o pesquisador deve ter para preservar a identidade dos pesquisados, ou seja, evitar o risco de exposição.

3.2.8 – Instrumentos para pesquisa empírica

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos (Gil, 2003 p. 17) “e o instrumento de pesquisa consiste naquilo que é utilizado para a *coleta de dados*” (Rudio 1980, p. 91). Entre os instrumentos de pesquisa destacamos: entrevista, formulários ou questionários.

Rudio (1980, p.92) explica que a diferença entre a entrevista e formulários está na forma de aplicação. Enquanto no questionário as perguntas são entregues escritas aos pesquisado, para eles responderem, na entrevista, as perguntas são feitas oralmente e as respostas são transcritas pelo próprio pesquisador. Há uma proximidade entre pesquisador e pesquisados. Minayo (2002 p. 57), explica que a entrevista “não significa uma conversa despreten-

ciosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

Corroborando com o tema Gil (2003) explicita algumas técnicas mais utilizadas para coleta de dados.

[...] entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Pode ser, enfim, totalmente estruturada quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas. Nesse caso, a entrevista confunde-se com o formulário (p. 117).

De acordo com Gil (2003) a entrevista é uma das formas mais elaboradas na pesquisa social, entretanto outros métodos também são válidos.

Quanto aos formulários Gil (2003), explica que estes são mais utilizados em pesquisas de mercado, para indicar o nível de satisfação das pessoas com determinado produto ou serviço, mas isso, não o inviabiliza para aplicação na pesquisa social (Gil, 119). Ele ainda acrescenta que, tanto a elaboração da entrevista, quanto dos questionários, exigem os mesmos cuidados. [...] “Entretanto, é necessário considerar que na entrevista o pesquisador está presente e, da mesma forma como pode auxiliar o entrevistado, pode igualmente inibi-lo a ponto de prejudicar seus objetivos. Daí por que adequada realização de uma entrevista envolver, além da estratégia, uma tática, que depende fundamentalmente das habilidades do entrevistador” (p. 118).

Na elaboração do nosso instrumental para coleta de dados referente a pesquisa empírica, optamos pelo questionário composto de perguntas totalmen-

te estruturada e composto por perguntas abertas e fechadas. A partir da relação fixa de perguntas ordenadas, possibilitou a inquisição objetiva e consentida com pessoas em torno de um problema previamente estabelecido. Ao conjunto de questões, enunciada com essas características dá-se o nome de formulários (Rudio 1998, p. 92).

O questionário foi composto de perguntas fechadas, que são aquelas que “alguém responde assinalando apenas sim ou não, ainda marcando uma das alternativas, já anteriormente fixadas e conter o modo de o informante assinalar a alternativa que escolher” (Rudio 1998, p. 92).

Este modo de investigação, diferente da entrevista, permite o distanciamento entre pesquisador e sujeito-objeto da pesquisa, dando-lhes assim, a livre escolha das respostas, frente a determinado conceito, leis ou mesmo normas pré-estabelecidas que compõem o contexto estudado. Para Minayo (2002, p. 70) “esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa”.

As questões de perguntas e respostas do questionário foram estruturadas em categorias. Cada categoria abrangeu uma série de perguntas que continham cinco opções de respostas. As respostas tiveram como referência a tabela Likert que mede o nível de concordância ou discordância dos participantes pesquisados com o assunto em discussão. O questionário encontra-se apresentado no apêndice, na página 105 deste trabalho para consulta.

Trabalhar com categorias pode ser útil tanto para unir ideias e expressões, quanto para apurar em que se opõem, tal como se encontra apresentado no próximo capítulo, que trata da análise e da discussão dos dados colhidos na pesquisa empírica.

4. CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na coleta de dados investigamos três categorias distintas, a dos gestores, a dos discentes que estão inclusos no programa de assistência estudantil, e a dos discentes excluídos do programa.

4.1 - Perfis dos gestores

A partir desta categoria apresentamos o perfil dos gestores que colaboraram com a pesquisa.

Na tabela seguinte, verificamos que o universo de inquiridos é constituído por quatro do sexo masculino e apenas um do sexo feminino. Dos mesmos, dois atuam em cargos de direção e três têm cargo de coordenação.

Gestores	Sexo	Cargo
A1	M	Direção
A2	M	Coordenação
A3	M	Coordenação
A4	F	Coordenação
A5	M	Direção

Tabela 1

4.2 - Perfis dos discentes do programa de assistência estudantil

Nesta categoria propomos investigar o perfil dos discentes do programa de assistência estudantil.

Na tabela seguinte pretendemos investigar o perfil dos discentes do programa de Assistência Estudantil do IFTM – Campus Ituiutaba, que colaboraram com a pesquisa.

PERFIL DOS DISCENTES DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL						
Discentes	Idade	Sexo	Curso		Período	
			Médio/Integrado	Superior	Integral	Noturno
B1	22	F				
B2	22	M				
B3	17	F				
B4	17	M				
B5	17	F				
B6	21	M				
B7	21	M				
B8	17	M				
B9	22	M				
B10	22	M				
B11	24	M				

Tabela 2

A tabela 2 mostra que, da totalidade de onze discentes que participaram da pesquisa, quatro apresentam 17 anos de idade, dois possuem 21 anos, quatro têm 22 anos e um encontra-se com 24 anos de idade. Três educandos são do gênero feminino e oito do gênero masculino. Quanto ao nível de formação, denota-se que três estudantes são do ensino médio integrado com curso técnico, ao passo que oito discentes são dos cursos superiores, sendo

que sete estudam em tempo integral e apenas um aluno estuda no período noturno.

4.3 - Perfis dos alunos retirados do programa de assistência estudantil

Nesta categoria propomos conhecer o perfil dos discentes e as causas que levam os alunos a serem afastados do programa de assistência estudantil no IFTM - Campus Ituiutaba.

A tabela três evidencia o perfil dos discentes retirados do programa de assistência estudantil do IFTM- Campus Ituiutaba e que colaboraram com a pesquisa.

PERFIL DOS DISCENTES RETIRADOS DO PROGRAMA DE A.E						
Discentes	Idade	Sexo	Curso		Período	
			Médio/Integrado	Superior	Integral	Noturno
D1	17	F				
D2	24	M				
D3	21	F				
D4	19	M				
D5	24	M				

Tabela 3

Verificamos que, da totalidade de cinco discentes que participaram da pesquisa, um aluno tem 17 anos de idade, um tem 19 anos, um tem 21 anos de idade e dois discentes têm 24 anos de idade. Dois são do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Quanto ao curso e período, um discente é do ensino médio integrado com o curso técnico, enquanto que quatro discentes são dos cursos superiores, dois estudam em tempo integral e dois frequentam o curso no período noturno.

Sendo uma das nossas pretensões, nesta investigação, verificar quais os motivos que levam os alunos a serem retirados do programa de assistência estudantil no IFTM - Campus Ituiutaba, indagámos e verificámos o que apresenta o gráfico seguinte. A pesquisa foi respondida por discentes retirados do programa e que colaboram com a pesquisa.

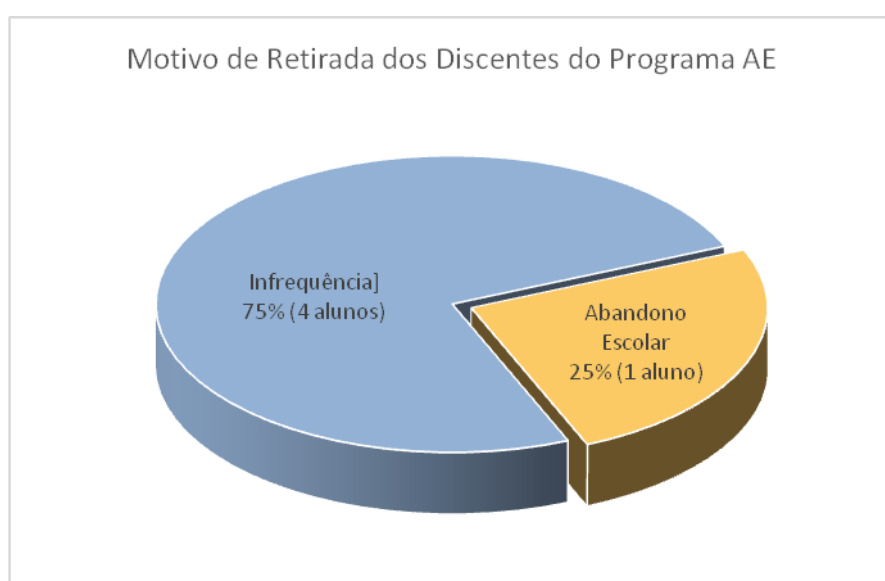


Gráfico 1

O gráfico 1- indica que, da totalidade de cinco participantes da pesquisa, quatro discentes foram retirados do programa de assistência estudantil por infrequência, ao passo que um aluno foi desinserido do programa pelo motivo de abandono escolar.

Vale a pena referir que o motivo da saída do aluno da assistência foi o pedido de transferência, ressaltando-se que no IFTM – essa causa de desinserção é registrada como abandono escolar, tendo em vista que o estudante rompe os laços educacionais com a organização educativa.

Entretanto de acordo com Ristoff (1999), (citado na página 54), o pedido de transferência do discente pode ser visto como mudança de objetivos ou de

interesse, fatos comuns a qualquer pessoa, não significando fracasso quer seja do aluno, quer da escola.

Os dados apontam ainda que a maioria dos discentes foram retirados do programa de assistência estudantil do IFTM – Campus Ituiutaba por infrequência.

Oportuno mencionar que o IFTM adotou como regra para permanência dos estudantes no programa de assistência a frequência mínima de (75%) em todas as unidades curriculares.

Com efeito, ao ser atingido esse patamar gera, via de regra, a retirada do aluno do programa de assistência estudantil, principalmente se as faltas não são devidamente justificadas pelo educando, sendo justificadas as ausências como, por exemplo, por motivos de doença, participação em eventos estudantis organizados pela organização educativa, dentre outras.

Na argumentação de Kowalski (2012, p. 153), impor condicionalidades para permanência dos estudantes hipossuficientes no programa de assistência estudantil significa negação de direitos conquistados pelos discentes, e que estão se encontram consolidadas na educação e no PNAES.

Diante dos dados apresentados na pesquisa e do ponto de vista levantado por (Kowalski, 2012) a respeito das condicionalidades impostas aos discentes para permanecerem no programa de assistência estudantil que o IFTM – Campus Ituiutaba, apresentamos os seguintes questionamentos: Como deixar os alunos usufruírem de um direito, sem o dever de participarem do ensino frequentando as aulas? Se o próprio PNAES estabelece que o programa de assistência estudantil deva estar vinculado ao ensino, pesquisa e extensão, como aceitar a infrequência? Porque é que os estudantes continuam faltando às aulas, mesmo sendo a assistência estudantil um programa de fomento financeiro para manter os alunos participando das atividades de ensino? Por

que é que a assistência não tem sido efetiva nesse sentido, tendo em vista que os alunos que colaboraram com essa pesquisa fizeram parte do programa e depois foram retirados por infrequências.

Na tabela quatro apresentamos os motivos que provocam a infrequência/ abandono escolar. Esta pergunta foi respondida pelos discentes retirados do programa de assistência estudantil e que colaboraram com a pesquisa.

Perguntas	Quantidade de alunos
Problemas financeiros do estudante ou da família	3
Transferência	1
Retenções em disciplinas ou estágio	-
Incompatibilidade entre estudo e horário de trabalho	2
Não adaptação ao modelo de ensino	-
Desmotivação com o curso escolhido	-

Tabela 4

Da totalidade de cinco participantes da pesquisa, três discentes atestaram que o motivo da infrequência ou abandono escolar ocorreu por problemas financeiros. Um discente apontou a transferência escolar e um alegou incompatibilidade entre estudo e trabalho. Outros motivos também foram apresentados como opção para os alunos responderem, entretanto, nenhum participante marcou as outras opções apresentadas.

De acordo com o item da pesquisa que refletiu as causas do abandono escolar, autores como Ristoff (1999), Juhann (2012), Kowalski (2012) inferem que o abandono escolar é proveniente de causas intrínsecas e extrínsecas aos sistemas educativos. Diante dos motivos apresentados pelos discentes, que

colaboram com a pesquisa, a maioria apontou que a dificuldade financeira é o principal obstáculo para a permanência no sistema de ensino.

4.4 - Estruturas do Programa de assistência estudantil

Nessa categoria procuramos investigar a opinião de gestores do IFTM - Campus Ituiutaba quanto à estrutura do Programa Nacional de Assistência Estudantil/Decreto 7.234/2017.

Pretendendo averiguar se na estrutura do PNAES, Decreto 7234/2010, estão delimitadas prioridades para os programas de assistência estudantil nas IFE, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa, debruçemo-nos sobre o gráfico seguinte.

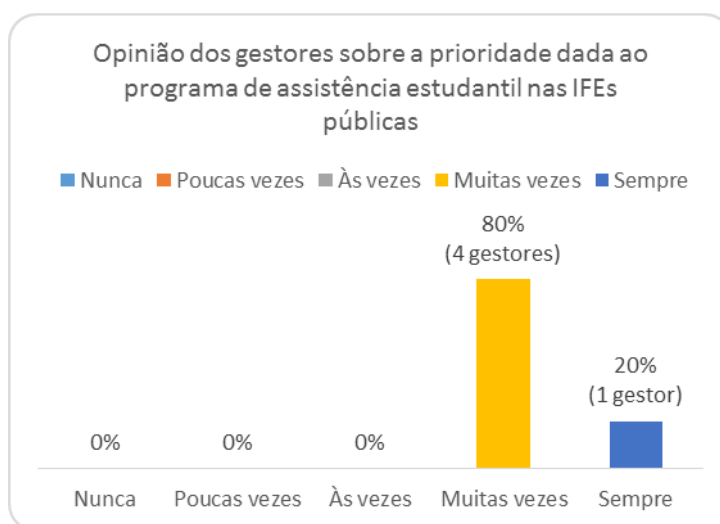


Gráfico 2

O gráfico 2 indica que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, quatro responderam “muitas vezes” e um respondeu “sempre”.

Desse modo, de acordo com o valor atribuído aos dados da pesquisa pela tabela Likert, que mostra o nível de concordância dos pesquisados, verifica-se que a totalidade dos pesquisados afirmam que na estrutura do PNAES se encontra delimitada as prioridades para os programas de assistência estudantil nas IFE pública. O PNAES indica que as prioridades são os estudantes dos cursos presenciais com renda familiar de até um salário mínimo e meio *per capita*.

No gráfico seguinte, pretendemos averiguar se na estrutura do PNAES (Decreto 7.234/2010) está delimitado o público alvo para os programas de assistência estudantil nas IFE pública.

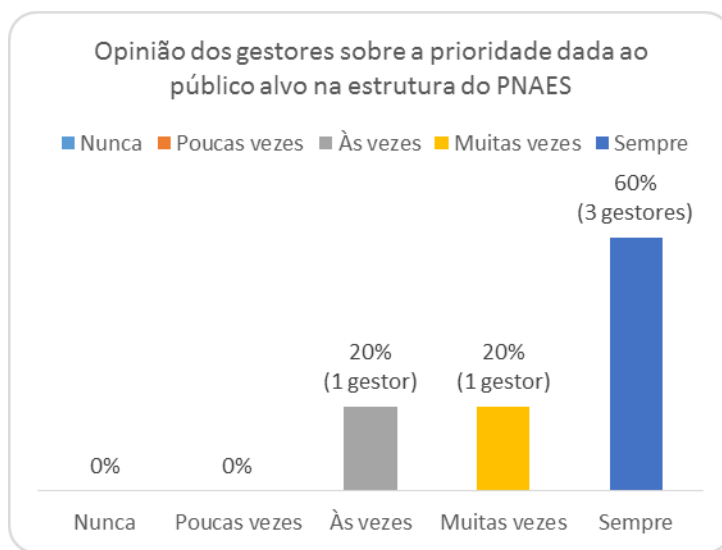


Gráfico 3

O gráfico 3 revela que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, um outro respondeu “às vezes”, enquanto que três gestores responderam “sempre”, registrando-se que a estru-

tura do PNAES (Decreto 7.234/2010) delimita o público alvo para os programas de assistência estudantil nas IFE pública¹⁴.

Importante salientar, que de acordo com as variáveis respondidas pelos pesquisados e o valor atribuído aos dados da pesquisa pela tabela Likert, a maioria concorda que na estrutura do PNAES se encontra delimitado o público a ser favorecido em programas de assistência estudantil nas IFE públicas. Entretanto, um gestor referiu que somente “às vezes”.

Esse tema foi discutido no item 2.3 que retratou a Política Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba, ocasião que foi abordado que nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, fica a cargo dos gestores estenderem a assistência estudantil para os diferentes graus de ensino presenciais que oferta.

Na continuação do nosso estudo e no gráfico seguinte apresenta-se a estrutura do PNAES (Decreto 7.234/2010), que delimita os objetivos para os programas de assistência estudantil para as IFE públicas, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa.

¹⁴ Dentro da estrutura do PNAES “o público-alvo são estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial” das instituições federais de ensino.

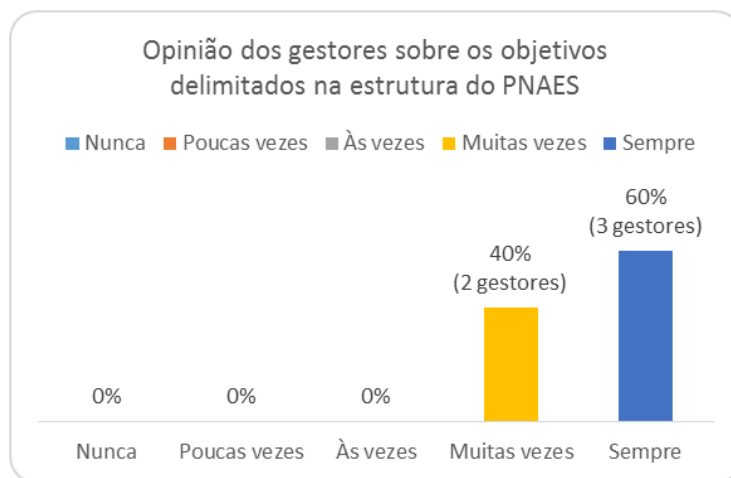


Gráfico 4

O Gráfico 4 aponta que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, dois responderam que o PNAES (Decreto 7.234/2010), delimita “muitas vezes”, e três responderam “sempre”, os objetivos para os programas de assistência nas IFE públicas. De acordo com as variáveis respondidas pelos pesquisados, o valor atribuído aos dados da pesquisa pela tabela Likert, a maioria concorda que na estrutura do PNAES se encontram delimitados os objetivos para os programas de assistência estudantil nas IFE públicas. Zelar pela inclusão e permanência de estudantes carentes são objetivos que programas de assistência estudantil nas IFE pública visam alcançar. Remetendo aos apontamentos da ANDIFES (2011) e FONAPRACE (2012) o acesso à educação por si só não garante a permanência dos estudantes carentes. Há sempre que promover ações que venham reduzir as taxas de infrequência e abandono escolar.

No gráfico a seguir, apresenta se a estrutura do PNAES (Decreto 7.234/2010), delimita as finalidades para programas de assistência estudantil

para as IFE públicas, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa.

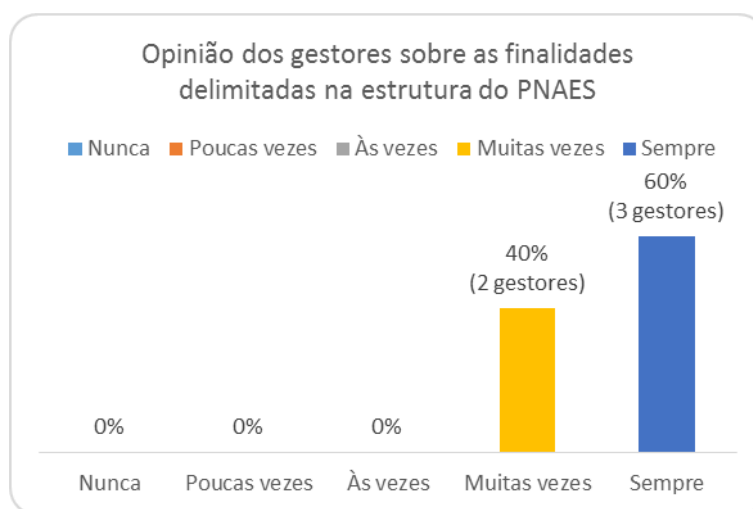


Gráfico 5

O gráfico 5 indica que, da totalidade de cinco participantes da pesquisa, dois responderam “muitas vezes”, ao passo que três assinalaram “sempre”. De acordo com as variáveis respondidas pelos pesquisados, o valor atribuído aos dados da pesquisa pela tabela Likert, todos os inquiridos concordam que a estrutura do PNAES se encontra delimitada às finalidades dos programas de assistência estudantil nas IFE públicas. Conforme comenta Kowalski, (2012 p. 139) a concretização do direito à educação perpassa pela implementação de políticas que atendam estudantes das classes sociais menos favorecidas, que veem na escolarização a oportunidade de transpor os seus obstáculos de subsistência que enfrentam no cotidiano.

No gráfico seguinte pretende-se comprovar se a estrutura do PNAES (Decreto 7.234/2010) delimita as áreas de atuação para implementação de pro-

gramas de assistência estudantil na IFE públicas na opinião dos gestores que colaboram com a pesquisa.

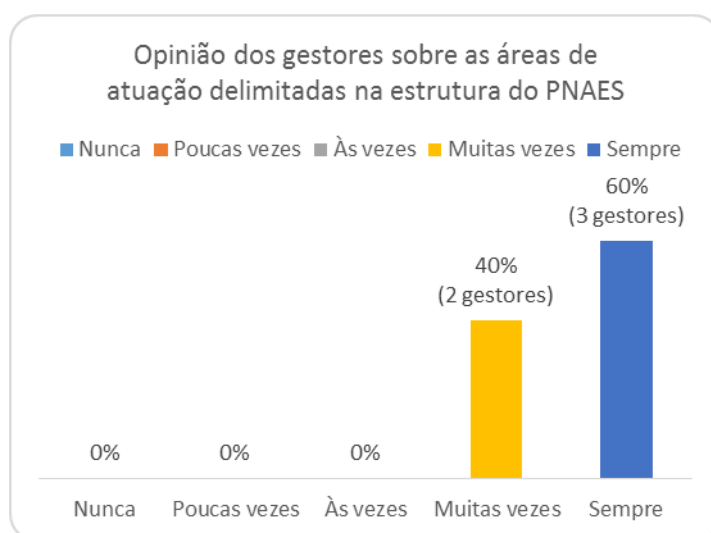


Gráfico 6

O gráfico 6 aponta que da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, dois responderam “muitas vezes” e três aferiram “sempre”. De acordo com a escala de atitudes das respostas indicadas na tabela Likert, “muitas vezes” e “sempre” significa que o total de pesquisados atesta que o PNAES delimita em sua estrutura as áreas de ação para os programas de assistência estudantil nas IFE públicas.

As áreas para implementação dos programas de assistência estudantil nas IFE públicas podem variar entre moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, cultura, esportes dentre outras vertentes. Nas argumentações de Kowalski (2012, p.138), essa limitação de áreas que consta na estrutura do PNAES para implementação dos programas de assistência estudantil para IFE públicas, significa mais um mecanismo de controle do Estado, que propriamente um meio de atender as reais necessidades da classe estudantil.

Pretendemos, igualmente verificar, com o nosso estudo, se a estrutura do PNAES (Decreto 7.234/2010) delimita parâmetros de implementação de programas de assistência estudantil nas IFE pública na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa.

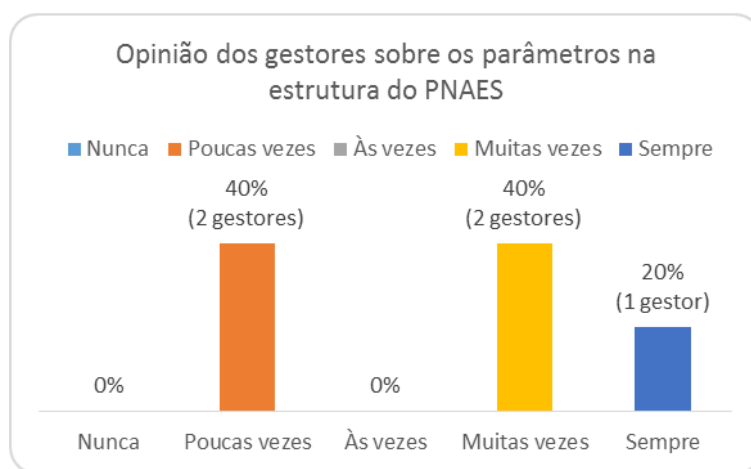


Gráfico 7

O Gráfico 7 exhibe que da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa dois marcaram como indicador “poucas vezes”, ao passo que dois assinalaram “muitas vezes” e um respondeu “sempre”.

Conforme a escala de atitudes da tabela Likert, os dados mostram que a maioria dos gestores atestam que a estrutura da PNAES (Decreto 7.234/2010) delimita parâmetros de implementação para a Assistência Estudantil nas IFE públicas. Entretanto, dois gestores apontaram que a estrutura da PNAES (Decreto 7.234/2010) delimita “poucas vezes” parâmetros de implementação para a Assistência Estudantil nas IFE públicas.

Esse confronto de opiniões pode ser atribuído ao fato de que o PNAES define que, cabe às IFE públicas elaborarem os critérios e as metodologias de implementação para os programas de assistência estudantil. Assim já abordamos na análise do gráfico 6, as áreas de ação para os programas de

assistência estudantil estão delimitadas no PNAES, mas os parâmetros cabem a cada órgão de educação federal estabelecer, no mesmo sentido se dá no tocante à implementação dos programas de assistência estudantil, em que embora as áreas de abrangência estejam estipuladas no PNAES, cada IFE pública pode estabelecer parâmetros para seu desenvolvimento na respectiva unidade de ensino.

O Gráfico seguinte visa demonstrar se a estrutura do PNAES (Decreto 7.234/2010) delimita a Assistência Estudantil como um direito do aluno hipossuficiente na opinião dos gestores que colaboraram com pesquisa.

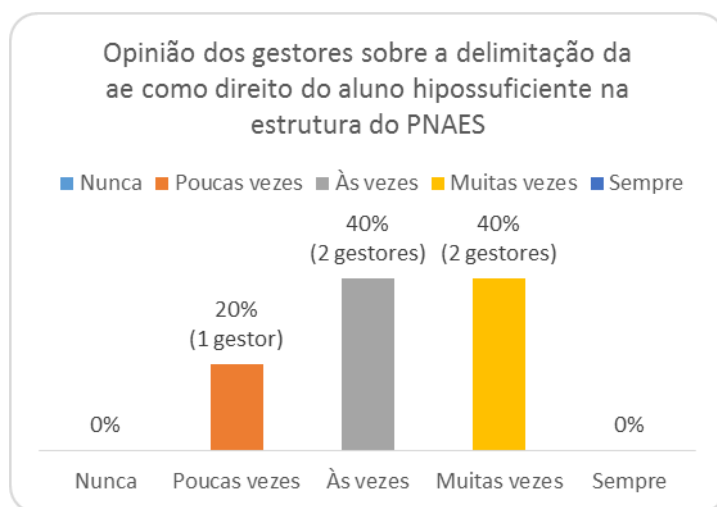


Gráfico 8

O Gráfico 8 evidencia que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, dois reportaram “às vezes”, seguidos de outros dois que assinalaram “muitas vezes”.

Conforme a escala de atitudes e do valor atribuído aos dados da pesquisa pela tabela Likert, verificamos que um gestor discorda que a estrutura do PNAES (Decreto 7.234/2010) delimita a assistência estudantil como direito do

estudante hipossuficiente e, dois gestores reiteraram que apenas “às vezes” a assistência estudantil se concretiza como direito do estudante hipossuficiente. Conquanto, dois gestores atestaram que “muitas vezes” a assistência estudantil encontra-se delimitada como direito dos estudantes hipossuficientes.

4.5 - Execução do programa de assistência estudantil

Prosseguindo o nosso estudo, procuramos seguidamente, investigar qual a opinião dos gestores quanto à execução do programa de assistência estudantil no IFTM Campus Ituiutaba partir do PNAES (Decreto 7.234/2010) que estabelece as normas para implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nas IFE públicas.

No seguinte gráfico pretende-se verificar, na opinião dos gestores que colaboram com a pesquisa, se a execução da assistência estudantil (AE) no IFTM – campus Ituiutaba, encontra-se estruturada em leis e normas internas.

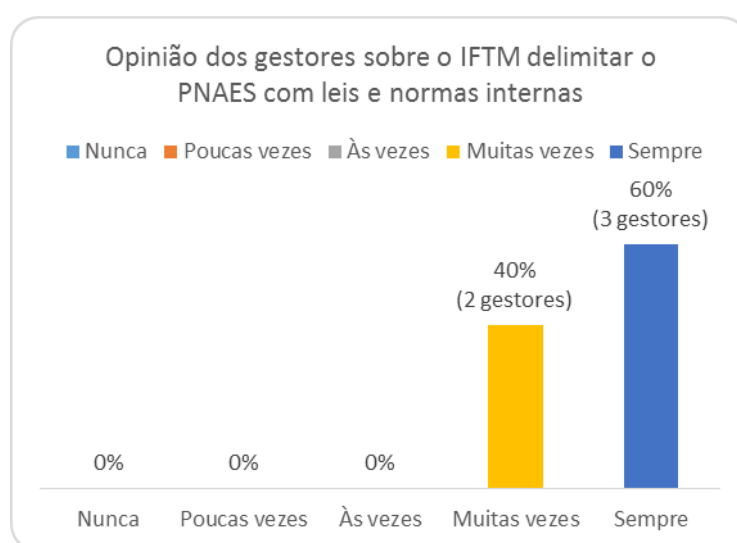


Gráfico 9

Com efeito, o Gráfico 9 expressa que, da universalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, dois responderam “muitas vezes” e três responderam “sempre” que a execução do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba está estruturada com leis, normas e diretrizes para execução do programa de assistência estudantil.

No próximo Gráfico, apresentamos o resultado da investigação, para averiguar se a execução da assistência estudantil (AE) o IFTM - Campus Ituiutaba, delimita as prioridades para a Assistência Estudantil, de acordo com as necessidades da classe estudantil, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa.

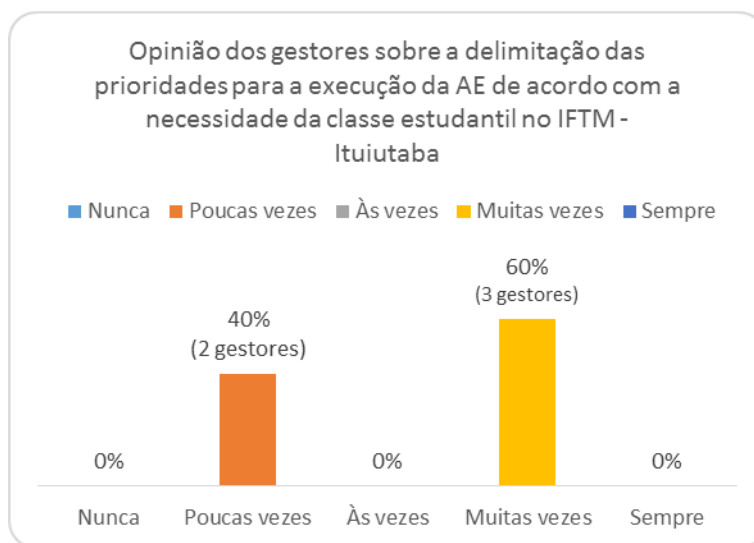


Gráfico 10

O Gráfico 10 indica que da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa dois responderam “poucas vezes” e três assinalaram “muitas vezes”. Conforme a escala de atitudes e o valor atribuído aos dados da pesquisa pela tabela Likert, a maioria dos participantes atesta que o programa de assis-

tência estudantil no IFTM- Campus Ituiutaba delimita as prioridades de acordo com as necessidades da classe estudantil.

Entretanto, não podemos desconsiderar o fato de que dois dos participantes atestam que as prioridades do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba apenas as delimitam “poucas vezes”.

Depreende-se dos estudos realizados que o PNAES foi planejado para promover a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos discentes e ainda suprir as necessidades econômicas de alunos hipossuficientes.

Nesse passo, surge a seguinte reflexão: Como então conduzir sua execução de forma concisa para atingir as necessidades da classe estudantil que legalmente é protegida por essa política?

Essa temática passa então a ser explanada no próximo tópico.

Apresentamos, a seguir, o resultado da investigação para saber se a execução da assistência estudantil (AE) no IFTM Campus Ituiutaba delimita objetivos para inclusão e permanência dos discentes no programa de assistência estudantil, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa.

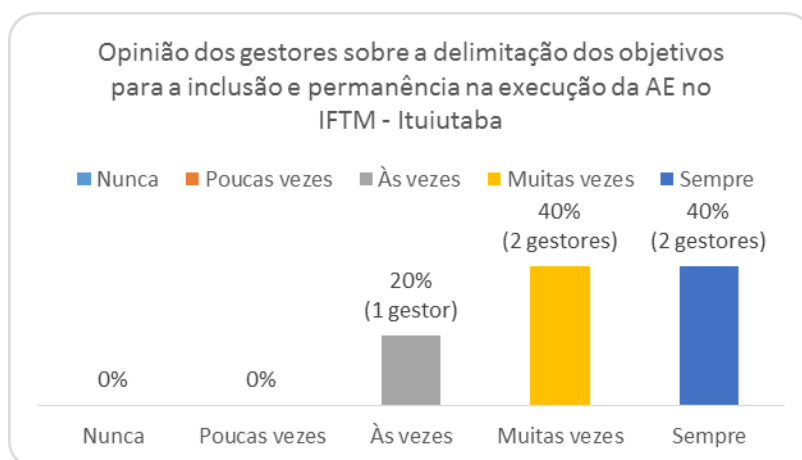


Gráfico 11

Denota-se que o gráfico 11 expressa que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa um respondeu “às vezes”, dois reportaram “muitas vezes” e outros dois registraram “sempre”.

De acordo com a escala de atitudes da tabela Likert, verificamos que a maioria dos pesquisados deram opinião favorável quanto à execução do programa de assistência no IFTM – Campus Ituiutaba delimitar objetivos para inclusão e permanência dos discentes na educação.

No entanto, não podemos desconsiderar o fato de que um gestor atesta que a execução do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba, “às vezes” delimita os objetivos para inclusão e permanência dos discentes¹⁵.

Indágamos no nosso trabalho, se a execução da assistência estudantil (AE) no IFTM Campus Ituiutaba delimita as finalidades para inclusão e permanência dos discentes no programa de assistência estudantil na opinião

¹⁵ A Resolução 84/2014, documento interno do IFTM- Campus Ituiutaba, manteve os objetivos previstos no PNAES, e projetou outros, com a finalidade de alargar as condições de permanência dos discentes.

dos gestores que colaboraram com a pesquisa, o resultado apresentamos no seguinte gráfico.

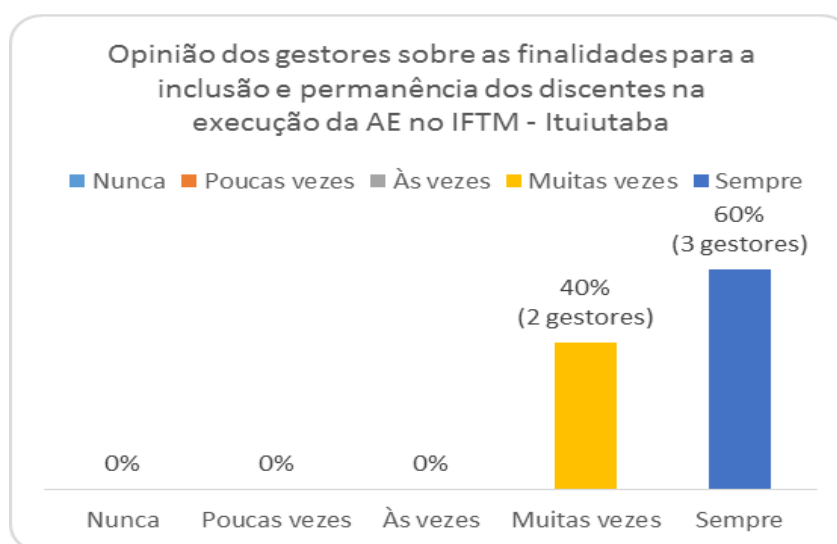


Gráfico 12

O Gráfico 12 indica que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, dois responderam “muitas vezes” e três assinalaram “sempre”. Este resultado permite-nos verificar que a execução do programa de assistência estudantil no IFTM- Campus Ituiutaba delimita as finalidades para inclusão e permanência dos discentes no programa de assistência estudantil. De acordo com a escala de atitude da tabela Likert, verificamos que a totalidade dos pesquisados apresentaram resposta favorável ao modo de planejar a execução do programa de assistência, no IFTM – Campus Ituiutaba. Daquilo que propõe o PNAES e das orientações da ANDIFES, os programas de assistência estudantil, nas IFE públicas, devem ser construídos como direito dos discentes hipossuficientes e devem ser capazes de “romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado” (ANDIFES, 2001, p.5).

Diante da seguinte realidade: a execução do programa de assistência estudantil (AE) o IFTM – Campus Ituiutaba delimita as áreas de atuação para o programa de assistência estudantil que planeia para os discentes, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa, obtivemos os dados relatados abaixo.

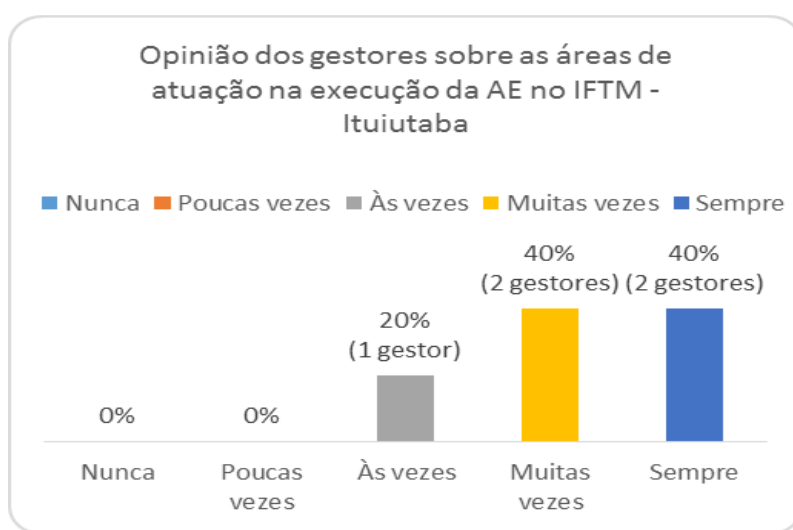


Gráfico 13

O gráfico 13 aponta que, entre os gestores pesquisados e, pretendendo saber se a execução do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba delimita as áreas de atuação para o programa de assistência estudantil, um respondeu “às vezes”, dois responderam “muitas vezes” e outros dois responderam “sempre”. De acordo com escala de atitudes da tabela Likert, a maioria dos gestores atestam que a execução do programa de assistência estudantil no IFTM delimita as áreas de atuação para os programas de assistência estudantil que planeia aos estudantes. O gráfico ainda mostra que um gestor atesta que apenas “às vezes” a execução da PNAES no IFTM Campus Ituiutaba delimita as áreas de atuação para o programa de assistência estudantil.

Na discussão anteriormente apresentada sobre as conclusões do gráfico 7, apresentamos as áreas de ação do PNAES para os programas de assistência estudantil nas IFE públicas. A resolução 84/2014 também abrange as áreas para o programa de assistência no IFTM – Campus Ituiutaba.

Em relação à questão se a execução da assistência estudantil (AE) no IFTM – Campus Ituiutaba delimita parâmetros para implantação do programa de assistência estudantil, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa, obtivemos os dados descritos no seguinte gráfico.

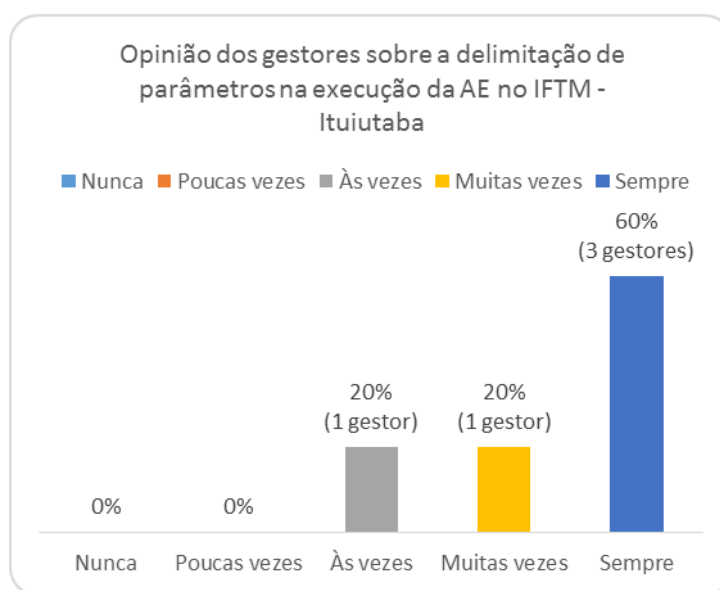


Gráfico 14

O gráfico 14 retrata que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, um respondeu “às vezes”, um reportou “muitas vezes” e três registraram “sempre”. De acordo com a construção da escala de atitudes da tabela Likert, a maioria dos pesquisados asseguram que a execução do PNAES (Decreto 7.234/2010) no IFTM Campus Ituiutaba delimita parâmetros para implantação do programa de assistência estudantil.

O gráfico mostra também que um gestor atesta que somente “às vezes” o programa de assistência estudantil no IFTM delimita parâmetros em sua execução. No gráfico 8 (supracitado) apresentamos a discussão dos parâmetros para a assistência estudantil.

Dentro das balizas que dispõe o PNAES (Decreto 7.234/2010), o IFTM produziu a Resolução 84/2014, documento que complementa os parâmetros para implementação dos programas de assistência estudantil no âmbito da Instituição de ensino com o intuito de incluir espectro maior de alunos nas diversas etapas de formação abrangidas na unidade de ensino.

Averiguamos se a execução da assistência estudantil (AE) no IFTM - Campus Ituiutaba, delimita o programa de assistência estudantil como direito do aluno hipossuficiente, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa, eis o resultado.

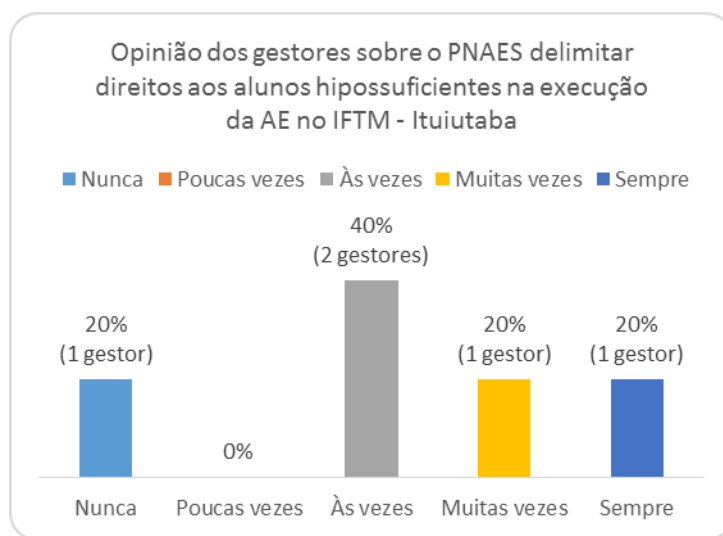


Gráfico 15

O gráfico 15 explicita que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, dois marcaram “às vezes”, um gestor reportou “muitas vezes” e outro respondeu “sempre”.

De conformidade com a construção da escala de atitudes da tabela Likert, a maior parte dos gestores atesta que somente “às vezes” a execução da assistência estudantil (AE) no IFTM - Campus Ituiutaba, delimita o programa de assistência estudantil como direito do aluno hipossuficiente, e não menos importante ressaltar que, um gestor apontou ainda que “nunca” o programa de assistência estudantil no IFTM é concretizado como direito dos discentes hipossuficientes.

Isso significa que a maioria dos gestores expressa opinião desfavorável quanto à execução do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba, estar delimitada como direito dos alunos hipossuficientes. Por outro lado, verificamos que dois gestores afirmaram que o programa de assistência estudantil na execução segue delimitado como direito dos estudantes hipossuficientes.

Esse tema foi amplamente discutido no capítulo I dessa dissertação, quando apontou que cabe a cada IFE pública disponibilizar os programas de assistência estudantil como direito objetivo dos estudantes hipossuficientes.

Em relação a dúvida se a execução da assistência estudantil (AE) no IFTM – Campus Ituiutaba, seu programa de assistência estudantil demonstra ter eficiência, na opinião dos gestores que colaboraram com a pesquisa, obtivemos o seguinte resultado.

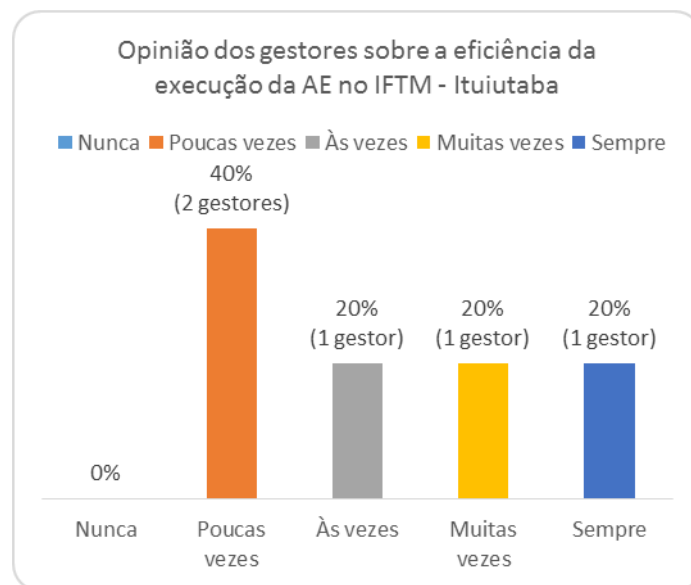


Gráfico 16

O gráfico 16 revela que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, dois responderam “poucas vezes”, um reportou “às vezes”, um assinalou “muitas vezes”, e outro, registrou “sempre”.

Tendo por padrão a escala de atitudes da tabela Likert, os dados mostram que a maioria dos gestores atesta opinião desfavorável quanto à eficiência do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba.

Entretanto, dois gestores certificaram que o programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba é implementado com eficiência. A eficiência no serviço público é matéria Constitucional¹⁶ e mesmo o PNAES sendo estruturado como política pública, nem sempre é concretizada como tal.

¹⁶ Constituição Federal de 1988, Art. 37º. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988).

4.6 - Impacto do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba

Nessa categoria procuramos investigar qual o impacto do programa de assistência estudantil no IFTM Campus Ituiutaba a partir do Decreto 7.234/2010 que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil entre os três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e entre os discentes que foram retirados do programa.

Em relação ao impacto do programa de assistência estudantil para o IFTM - Campus Ituiutaba, na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e entre aqueles que foram retirados do programa AE, foi possível inferir os seguintes dados.

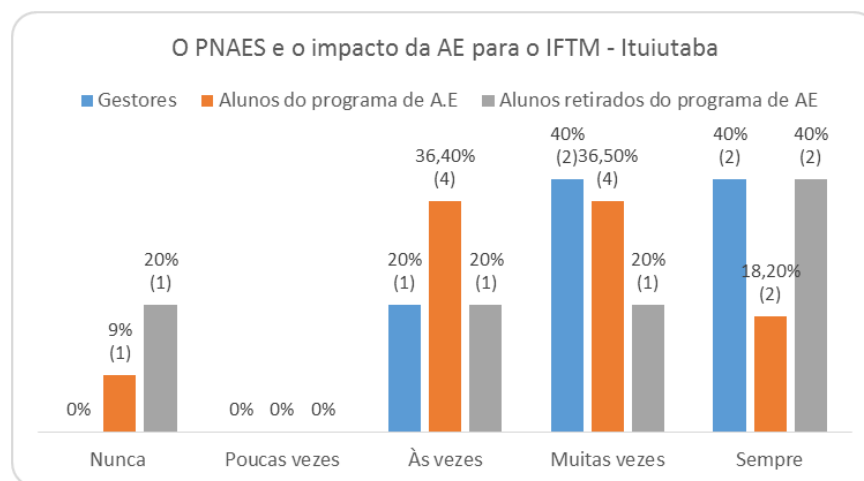


Gráfico 17

O gráfico 17 revela que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, um respondeu “às vezes”, dois reportaram “muitas vezes” e outros dois registraram “sempre”.

Na totalidade de onze discentes, do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, quatro atestaram que “às vezes”, quatro responderam “muitas vezes” e dois replicaram “sempre”.

Na totalidade de cinco discentes, retirados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, um assinalou “às vezes”, um “muitas vezes” e dois registraram “sempre”.

Nessa triangulação, e com base na construção da escala de atitudes da tabela Likert, a maioria dos pesquisados expressaram opinião favorável quanto ao programa de assistência estudantil causar impacto para IFTM – Campus Ituiutaba, tendo em vista que, entre os gestores a maioria atesta que o programa de assistência estudantil causa “muitas vezes” ou “sempre” impacto positivo para IFTM – Campus Ituiutaba. Esse mesmo modo de avaliar o impacto do programa é percebido na opinião dos discentes.

Entretanto, é preciso asseverar que alguns discentes atestam que “nunca”, o programa de assistência estudantil traz impacto para o IFTM Campus Ituiutaba. E outros, inclusive um gestor afirmam que “às vezes” o programa de assistência estudantil impacta de modo positivo para o IFTM – Campus Ituiutaba. O FONAPRACE (2012) comenta que:

[...] cabe as IFE públicas assumirem a Assistência Estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador (p. 66).

De acordo com o FONAPRACE, transformar a assistência estudantil num programa que traz impacto ao espaço educativo é dever das IFE públicas.

Investigamos se o programa de assistência estudantil desperta no estudante interesse em estudar no IFTM – Campus Ituiutaba na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e, entre os discentes que foram retirados do programa, diante desta questão obtivemos os dados relatados no próximo gráfico.

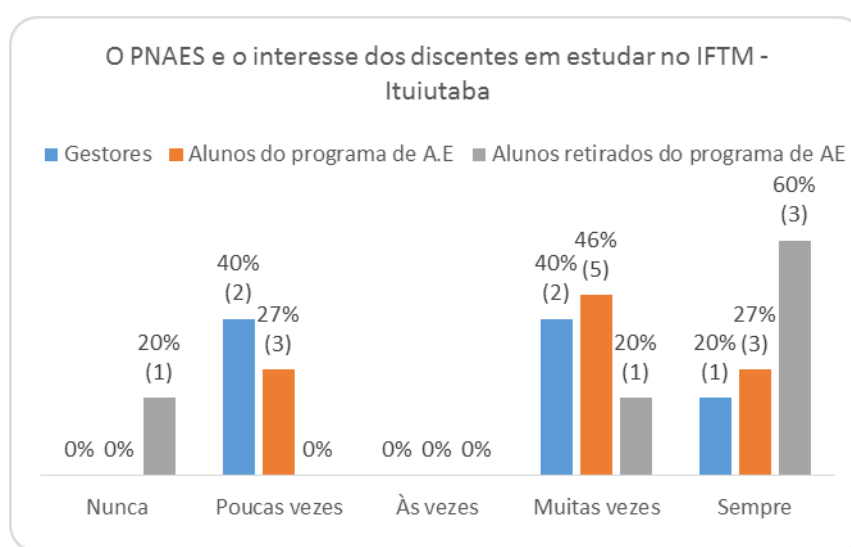


Gráfico 18

O gráfico 18 expõe que, da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, dois responderam “poucas vezes”, dois marcaram “muitas vezes” e um assinalou “sempre”.

Na totalidade de onze discentes, do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, três responderam “poucas vezes”, cinco reportaram “muitas vezes” e três declaram “sempre”.

Na totalidade de cinco discentes, retirados do programa de assistência estudantil que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, um registrou “muitas vezes” e três assinalaram “sempre”.

Nessa triangulação e com base na construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados indicam que entre os gestores, a maioria avalia que a assistência estudantil desperta nos estudantes interesse em estudar no IFTM– Campus Ituiutaba. Essa avaliação é seguida pela maioria dos discentes do programa e também dos discentes retirados do programa de assistência estudantil.

No entanto, o fato que desperta atenção é que entre os gestores dois avaliaram que “poucas vezes” a assistência estudantil desperta nos estudantes, interesse em estudar no IFTM– Campus Ituiutaba, seguidos de três alunos do programa que também opinaram “poucas vezes”. Igualmente importante é o fato de que, entre os discentes retirados do programa, um avalia que o programa de assistência estudantil “nunca” desperta interesse nos estudantes para estudar no IFTM – Campus Ituiutaba. Os resultados podem ser referenciados naquilo que o FONAPRACE (2012) argumenta “que na atualidade as dificuldades na educação estão mais concentradas na permanência do que propriamente o ingresso do discente” (p. 12).

Ansiosos para saber se o programa de assistência estudantil contribui com a frequência e assiduidade do discente no IFTM – Campus Ituiutaba, na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e entre os discentes que foram retirados do programa, encontramos registradas no próximo gráfico as seguintes respostas.

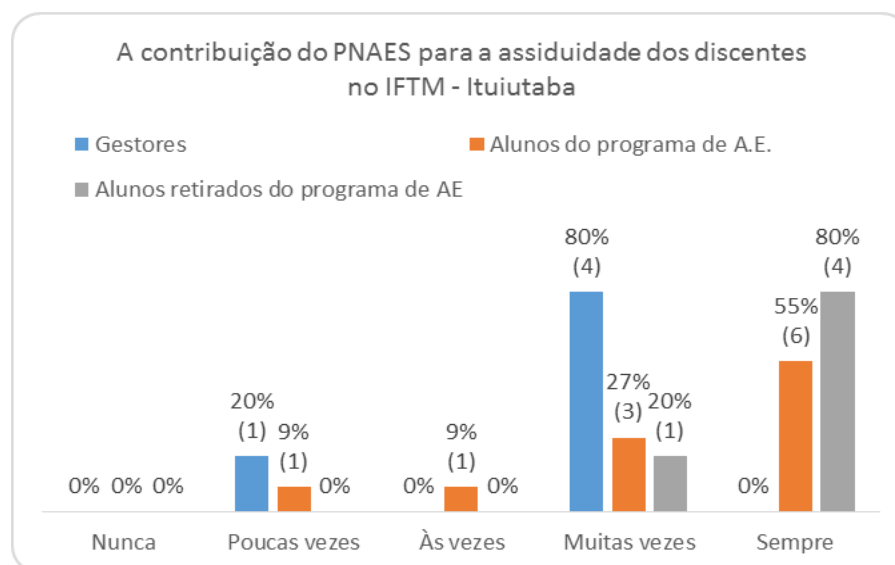


Gráfico 19

O gráfico 19 aponta que da totalidade de cinco gestores que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, e quatro assinalaram “muitas vezes”.

Na totalidade de onze discentes, do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, outro “às vezes”, três declararam “muitas vezes” e seis “sempre”.

Na totalidade de cinco discentes, retirados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “muitas vezes”, e quatro registraram “sempre”.

Nessa triangulação, e com base na construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados revelam que, a maioria dos pesquisados, avaliaram que o programa de assistência estudantil contribui com a frequência e assiduidade dos estudantes.

Podemos também observar um nível de discordância quanto ao fator permanência, tendo em vista que entre os pesquisados, um gestor e um aluno do programa responderam “poucas vezes”, seguidos de outro aluno que avaliou

que o programa de assistência estudantil apenas “às vezes” contribui com a frequência e assiduidade dos estudantes. Durante a investigação o gráfico (1) indicou que parte dos alunos do programa de assistência estudantil é retirada do programa por infrequência. Isso, de certa forma, justifica a avaliação de que parte dos investigados tem do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba, no sentido de contribuir pouco com a permanência do discente no ensino.

Diante da pergunta: o programa de assistência estudantil auxilia nas dificuldades socioeconômicas dos discentes no IFTM – Campus Ituiutaba, na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e, entre os discentes que foram retirados do programa, obtivemos as seguintes respostas.

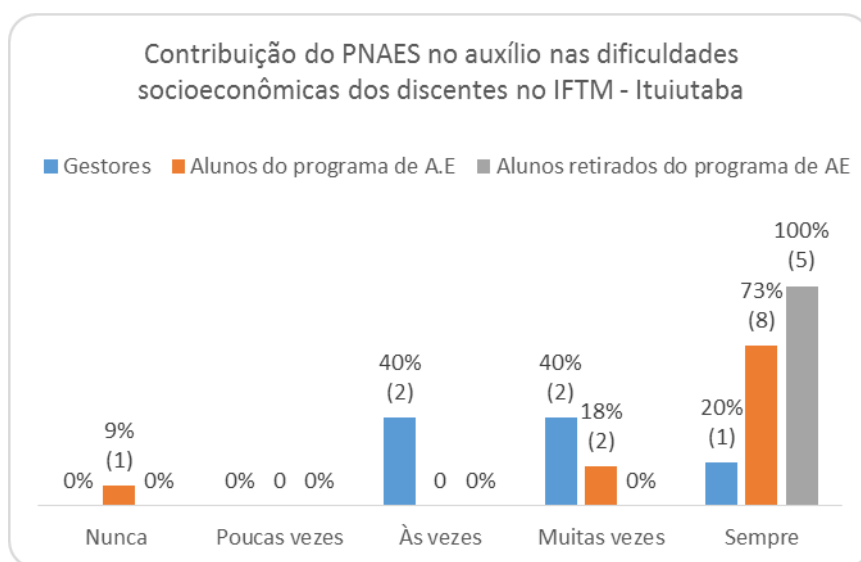


Gráfico 20

O gráfico 20 reporta que, da totalidade de cinco gestores, que participaram da pesquisa, dois responderam “poucas vezes”, dois assinalaram “muitas vezes” e um “sempre”.

Na totalidade de onze discentes, do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, dois declararam “muitas vezes” e oito registraram “sempre”.

Na totalidade de cinco discentes, retirados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, todos responderam “sempre”.

Nessa triangulação, e com base na construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados refletem que a maioria dos participantes da pesquisa avaliou que o programa de assistência estudantil auxilia nas dificuldades socioeconômicas dos discentes.

Essa posição apresentada pelos pesquisados, encontra respaldo teórico em Assis, Sanabio, Magaldi e Machado, (2013 p. 128) quando argumenta que a assistência estudantil é considerada uma política que tem como proposta atender estudantes em vulnerabilidade social.

É igualmente importante observar que houve discordância, quando dois gestores avaliaram que o programa de assistência estudantil só “às vezes” auxilia nas dificuldades socioeconômicas dos discentes e um discente do programa opinou que o programa de assistência estudantil “nunca” auxilia nas dificuldades socioeconômicas dos discentes, ou seja, dos estudantes em vulnerabilidade social.

Investigamos se o programa de assistência estudantil contribui para melhorar a participação e envolvimento dos discentes nos assuntos estudantis no IFTM – Campus Ituiutaba, na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e, en-

tre os discentes que foram retirados do programa, e alcançamos os seguintes resultados.

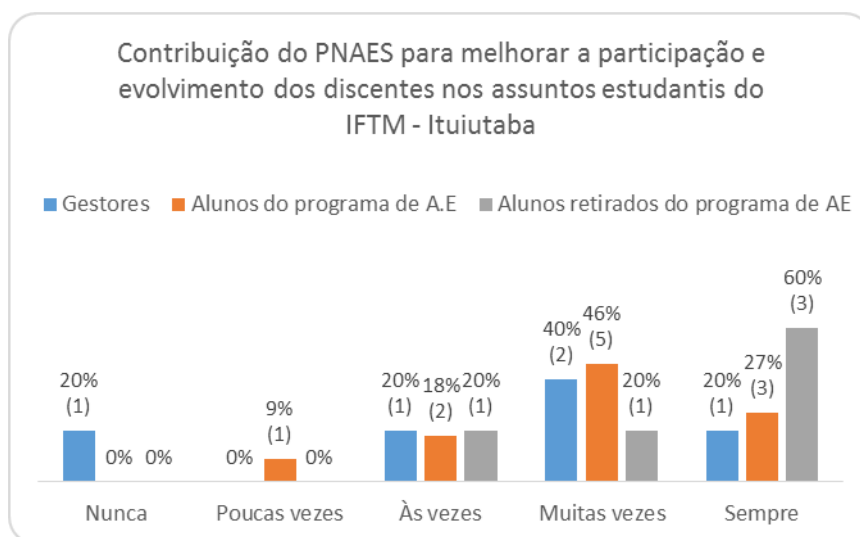


Gráfico 21

O gráfico 21 aponta que, da totalidade de cinco gestores, que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, outro reportou “às vezes”, ao passo que dois assinalaram “muitas vezes” e um referendou “sempre”.

Na totalidade de onze discentes, do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, dois reportaram “às vezes”, enquanto que cinco responderam “muitas vezes” e três declararam “sempre”.

Na totalidade de cinco discentes retirados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “às vezes”, um outro registrou “muitas vezes”, sendo que três registraram “sempre”.

Nessa triangulação, e com base na construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados indicam que, a maioria dos pesquisados avaliou que o

programa de assistência estudantil contribui para melhorar a participação e envolvimento dos discentes nos assuntos estudantis.

Igualmente importante observar que houve discordância, quando um gestor avaliou “às vezes” e outro aferiu “nunca”. Entre os discentes do programa dois certificaram “às vezes” e um equacionou “poucas vezes” e, entre os discentes retirados do programa, um mensurou que “às vezes” o programa de assistência estudantil contribui para melhorar a participação e envolvimento dos discentes nos assuntos estudantis. Compõe parte dos objetivos o PNAES vincular os programas de assistência estudantil aos programas de ensino, pesquisa e extensão.

4.7 - Objetivos do programa de assistência estudantil

Nessa categoria, procuramos investigar se os objetivos do programa de assistência estudantil no IFTM Campus Ituiutaba, a partir do Decreto 7.234/2010, entre os três grupos de participantes da pesquisa: gestores, discentes do programa de assistência estudantil e discentes retirados do programa de assistência estudantil.

O gráfico que se segue, registra os dados obtidos quando indagamos se o programa de assistência estudantil contribui para inclusão e permanência no ensino no IFTM - Campus Ituiutaba na avaliação dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e, entre os discentes que foram retirados do programa.

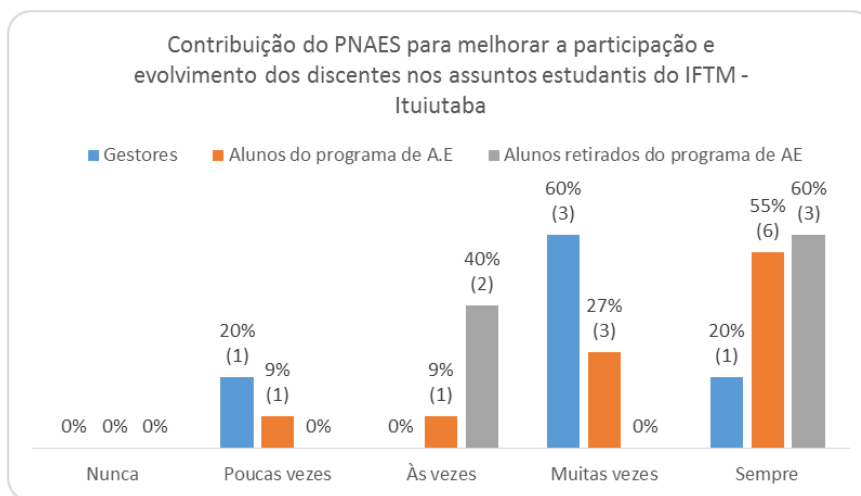


Gráfico 22

O gráfico 22 expressa que, da totalidade de cinco gestores, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, três referendaram “muitas vezes” e um assentiu “sempre”.

Na totalidade de onze discentes, do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, outro referiu “às vezes”, enquanto três assinalaram “muitas vezes” e seis registraram “sempre”.

No grupo de cinco discentes retirados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, dois responderam “às vezes” e três “sempre”.

Promovendo-se a triangulação das informações obtidas e tendo por padrão a construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados revelam que a maioria dos participantes da pesquisa avaliou que o programa de assistência estudantil contribui para inclusão e permanência no ensino.

Igualmente importante observar que houve discordância, quando dois gestores avaliaram “poucas vezes”, um aluno do programa considerou “às vezes”

e outro mensurou que o programa de assistência estudantil “poucas vezes” contribui para inclusão e permanência no ensino.

Entre os discentes retirados do programa dois avaliaram que o programa de assistência estudantil só “às vezes” contribui para inclusão e permanência no ensino.

Questionamos se a Assistência Estudantil contribui para democratizar as condições do ensino no IFTM - Campus Ituiutaba na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e, entre os discentes que foram retirados do programa, as respostas foram sintetizadas no próximo gráfico.

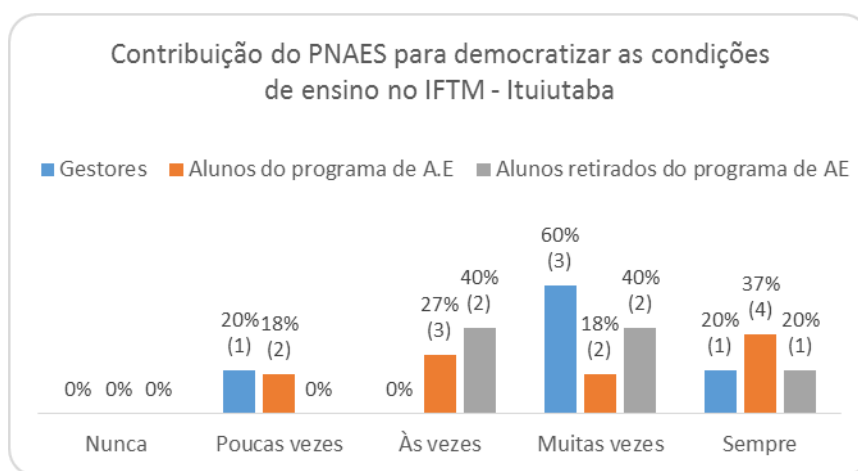


Gráfico 23

O gráfico 23 representa que, da totalidade de cinco gestores, que participaram da pesquisa, um assinalou “poucas vezes”, três responderam “muitas vezes” e um assentiu “sempre”.

Pois bem, do grupo de onze discentes do programa de assistência estudantil, que colaboraram com o levantamento de dados, dois responderam “pou-

cas vezes”, três referiram “às vezes”, dois registraram “muitas vezes” e quatro “sempre”.

Em relação ao agrupamento de cinco colaboradores afastados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, dois responderam “às vezes”, outros dois assentiram “muitas vezes” e um assinalou “sempre”.

Com efeito, implementando-se mais uma vez a triangulação e com esteio na construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados apontam que, a maioria avaliou que o programa de assistência estudantil contribui para democratizar as condições de ensino.

Podemos também observar um nível de discordância, quando entre os gestores um avaliou “poucas vezes”. Entre os discentes do programa três mensuraram “às vezes” e dois “poucas vezes”. Entre os discentes retirados do programa dois equalizaram que “às vezes” o programa de assistência estudantil contribui para democratizar as condições de ensino.

Os dados indicam que a assistência estudantil ainda não é totalmente compreendida como instrumento que contribui para democratizar as condições de ensino no IFTM – Campus Ituiutaba, mesmo não identificando nenhum pesquisado que opinou para a assertiva “nunca”. Na opinião de (Kowalski 2012, p 23) a educação precisa ser compreendida como “direito universal, e instrumento que une os povos e pilar da transformação social”, modo pelo qual, o PNAES precisa ser compreendido.

Inquerimos os participantes da pesquisa para saber se a Assistência Estudantil contribui para minimizar as taxas de abandono escolar no IFTM - Campus Ituiutaba na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e entre os discentes

que foram retirados do programa, diante das respostas alcançadas apresentamos o seguinte gráfico.

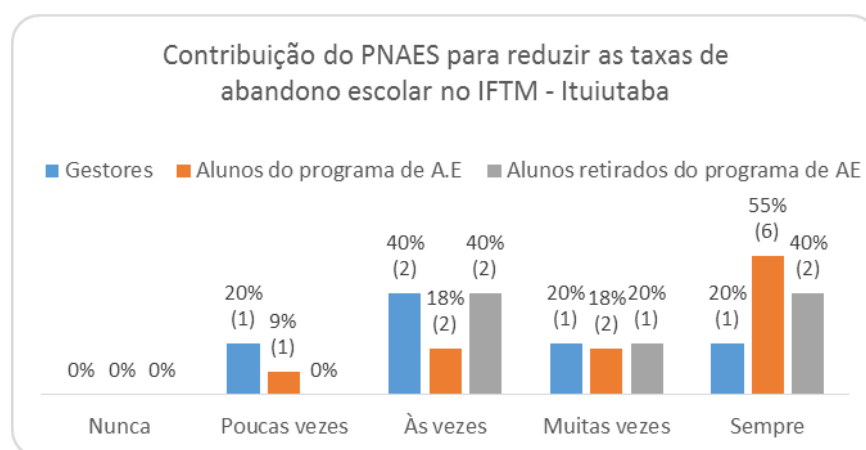


Gráfico 24

O gráfico 24 explicita que, da integralidade de cinco gestores, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, dois “às vezes”, assim como um registrou “muitas vezes” e outro “sempre”.

Na abrangência de onze discentes do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, dois reportaram “às vezes”, outros dois “muitas vezes” e seis referiram “sempre”.

Na plenitude de cinco discentes afastados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, dois responderam “às vezes”, um registrou “muitas vezes” e dois assinalaram “sempre”.

Novamente por intermédio da triangulação e com base na construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados apontam que somente a maioria da classe estudantil expressou opinião favorável quanto ao programa de assistência estudantil contribuir para minimizar as taxas de retenção e abandono escolar. Entre os gestores, a maioria avaliou que o programa de assistência estudantil contribui “pouco” ou “às vezes” para minimizar as taxas de reten-

ção e abandono escolar. Apenas dois gestores mensuraram que o programa de assistência estudantil contribui para minimizar as taxas de retenção e abandono escolar.

O abandono escolar no IFTM – é conceituado como um fenômeno complexo que compromete o eficaz direito à educação, sendo ainda tema contido nos objetivos do PNAES. Os estudos acenam que o abandono escolar é motivado por problemas intrínsecos e extrínsecos ao ambiente escolar, fator esse que pode ser indicativo de constrangimentos para reduzir as taxas de evasão escolar, e, por conseguinte, os objetivos do programa de assistência estudantil nas IFE públicas.

Para saber se a Assistência Estudantil contribui para minimizar os efeitos das desigualdades sociais no IFTM - Campus Ituiutaba na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e, entre os discentes que foram retirados do programa, apresentamos a questão aos colaboradores e obtivemos os seguintes dados:

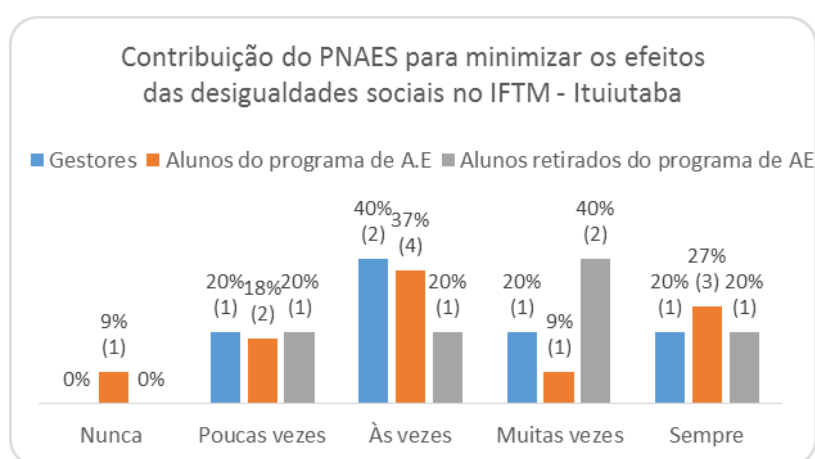


Gráfico 25

Dando seguimento à análise do levantamento de dados, observa-se que o gráfico 25 reflete que, da totalidade de cinco gestores, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, dois assentiram “às vezes”, um registrou “muitas vezes” e outro “sempre”.

No conjunto de onze discentes do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, dois assinalaram “poucas vezes”, quatro referiram “às vezes”, um declarou “muitas vezes” e três catalogaram “sempre”.

Outrossim, no grupo de cinco discentes retirados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, um consignou “às vezes”, dois anotaram “muitas vezes” e um listou “sempre”.

Lançando mão da triangulação ou comparação das anotações e tendo por parâmetro a construção da escala de atitudes da tabela Likert, infere-se que os dados inventariados indicam que, somente a maioria dos discentes retirados do programa de assistência estudantil avaliou que o programa de assistência estudantil contribui para minimizar os efeitos das desigualdades sociais. Entre os alunos do programa, apenas quatro discentes referiram que o programa de assistência estudantil contribui para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e, entre os gestores apenas dois a reputaram de modo positivo.

Os dados indicam ainda que, a maioria dos pesquisados responderam que o programa de assistência estudantil, contribui “nunca”, “poucas vezes” e/ou “às vezes” para minimizar os efeitos das desigualdades sociais no IFTM – Campus Ituiutaba. É igualmente importante observar que, dos discentes retirados do programa, a opinião foi mais afirmativa. Podemos então indagar: será que quem já teve o benefício e depois perdeu, consegue visualizar me-

lhor os efeitos do programa de assistência estudantil na vida escolar do aluno?

Continuando a investigação, procuramos saber se a Assistência Estudantil contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes no IFTM Campus Ituiutaba na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e, entre os discentes que foram retirados do programa. Os dados obtidos estão retratados no próximo gráfico.

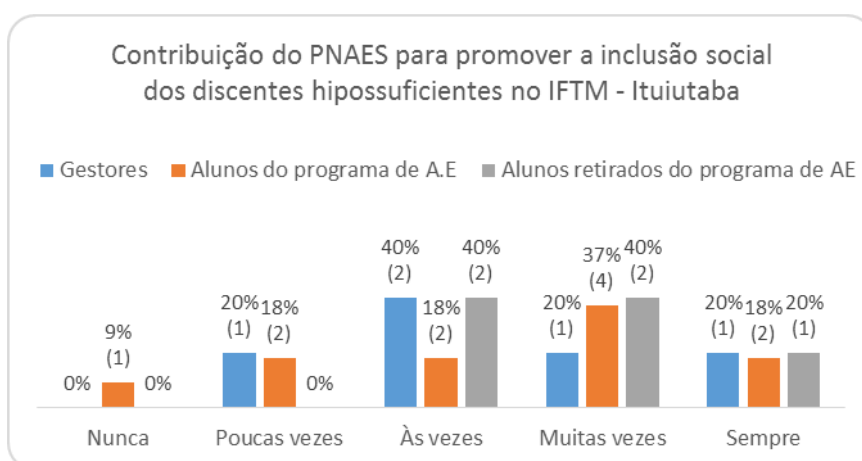


Gráfico 26

Nessa catalogação afere-se que o gráfico 26 revela que, da universalidade de cinco gestores, que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, dois compilaram “às vezes”, um registrou “muitas vezes” e outro “sempre”.

Por seu turno, na plenitude de onze discentes integrantes do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, dois declararam “poucas vezes”, outros dois “às vezes”, enquanto que quatro listaram “muitas vezes”, e, dois referiram “sempre”.

No grupo de cinco discentes excluídos do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, dois responderam “às vezes”, outros dois “muitas vezes”, ao passo que um listou “sempre”.

Introduzindo-se a triangulação da compilação e com fundamento na construção da escala de atitudes da tabela Likert, os dados revelam que a maioria dos discentes que participaram da pesquisa avaliaram que, o programa de assistência estudantil contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes. Entre os gestores, apenas dois assentiram que o programa de assistência estudantil contribui para minimizar as desigualdades sociais e para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes.

Podemos observar que entre os gestores a maioria discorda que o programa de assistência estudantil contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes. Entre os discentes do programa, cinco alunos discordam que o programa de assistência estudantil contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes inclusive um desses alunos apontou que o programa de assistência estudantil “nunca” contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes. Entre os discentes retirados do programa dois alunos avaliaram que o programa de assistência estudantil apenas “às vezes” contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes.

As opiniões não divergem do que o expressa o FONAPRECE (2012), ao asseverar que não basta assegurar o ingresso, mas sim que cabe a cada IFE pública desenvolver políticas de inclusão e permanência para os discentes hipossuficientes.

4.8 - Avaliação do programa de assistência estudantil do IFTM -Campus Ituiutaba

Na categoria 8 investigamos a importância do programa de assistência estudantil do IFTM – Campus Ituiutaba com os três grupos eleitos para a compilação da pesquisa: gestores, discentes do programa e discentes retirados do programa de assistência estudantil.

No último gráfico, apresentamos o resultado da indagação proferida para saber sobre a importância do programa de assistência estudantil como auxílio dos discentes no IFTM - Campus Ituiutaba na opinião dos três grupos de pesquisados: gestores, discentes que se encontram no programa de assistência estudantil e entre os discentes que foram retirados do programa.

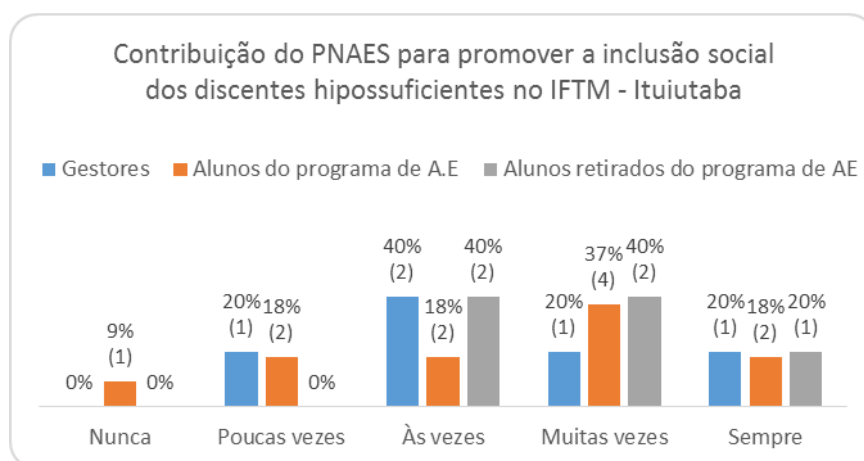


Gráfico 27

Sob esse aspecto, cumpre destacar que o gráfico 27 realça que, da plenitude de cinco gestores que participaram da pesquisa, um respondeu “poucas vezes”, um “muitas vezes” e três listaram “sempre”.

Na abrangência de onze discentes do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, um respondeu “nunca”, um “às vezes”, ao passo que dois assinalaram “muitas vezes” e sete reportaram “sempre”.

No conjunto de cinco discentes, retirados do programa de assistência estudantil, que participaram da pesquisa, todos responderam “sempre”.

Por conseguinte, inserindo-se a triangulação de dados e com base na construção da escala de atitudes da tabela Likert, que mostra o nível de concordância dos pesquisados, os dados compilados expressam que a maioria dos participantes da pesquisa avaliaram que é “sempre” importante para o IFTM – Campus Ituiutaba o auxílio aos discentes. Entretanto é possível verificar que os dados apontam que um gestor avaliou que o programa de assistência estudantil é “poucas vezes” importante para o IFTM – Campus Ituiutaba.

Verificamos ainda que um dos alunos do programa de assistência avaliou que o programa de assistência estudantil “nunca” é importante para o IFTM – Campus Ituiutaba.

Assim, desse modo, podemos levantar a seguinte questão: Porque é que os discentes do programa não valorizam o programa de assistência estudantil do qual faz parte? E ao mesmo tempo os dados indicam que alunos que fizeram parte do programa e depois foram retirados valorizaram totalmente a importância do programa de assistência estudantil. Então, indaga-se porque será que isso acontece?

Provavelmente esse fato seja fruto da comparação que só os discentes que fizeram parte do programa de assistência estudantil, e depois, perdeu o direito de usufruí-lo, possam expressar com maior propriedade o valor da assistência estudantil para o estudante hipossuficiente.

5. - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, investigámos os aspectos socio-históricos da assistência estudantil nas IFE públicas. Argumentamos que é uma política social, que tem entre seus objetivos a democratização da educação, e, por conseguinte, ampliar direitos à educação para jovens oriundos de classes menos favorecidas.

No primeiro capítulo apresentamos as fases pelas quais a assistência estudantil passou, desde sua origem nas IFE públicas, sua transformação em Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a implementação nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, mais especificamente no IFTM-Campus Ituiutaba.

A investigação permitiu-nos inferir que os programas de assistência estudantil nas IFE públicas passaram por quatro fases:

A primeira etapa consistiu na expansão de programas de assistência estudantil, que eram ainda bastante incipientes;

A segunda fase foi marcada por período de negligência do Estado diante da conjectura neoliberal direcionada a cortes em programas sociais;

A terceira fase caracteriza-se pelo surgimento de um ciclo de reconstrução, que apresenta como marco primordial a Constituição Federal de 1988, que redefiniu as políticas sociais, conferindo-lhes caráter de direito da pessoa humana;

E a quarta fase ganhou notoriedade após a edição do Decreto nº 7.234/2010, que transformou a assistência estudantil em Política de Estado, consubstanciando assim, o devido caráter de direito dos discentes hipossuficientes a terem contribuição do Estado para inclusão e permanência nas IFE.

Na continuidade do nosso estudo, e quando enveredámos pelo Estudo Empírico, apresentámos o eixo central da investigação: problema, objetivos, metodologia, motivação, relevância da investigação. A finalidade desta etapa da investigação é deixar claro aos leitores os caminhos trilhados e garantir a cientificidade da pesquisa e a segurança dos resultados obtidos. Neste capítulo, apresentámos a questão norteadora de nossa investigação, bem como as indagações que motivaram nossa pesquisa.

Finalmente, discutimos os dados levantados na pesquisa empírica, com três grupos específicos, gestores, alunos que mantêm vínculo com o programa de assistência estudantil e alunos que saíram ou foram retirados do mesmo.

Da análise dos dados, percebe-se que a remoção de alunos do programa de assistência estudantil, está muito mais relacionada com a infrequência do que propriamente com o abandono escolar: 75% não abandonaram o programa, dele foram retirados por ultrapassarem o limite legal de faltas.

Verificamos que embora as mencionadas leis e normas que regulamentam o programa sejam primordiais na estruturação da assistência estudantil, por vezes esse conjunto de regras sucumbe às necessidades dos discentes. Constatamos que entre as causas apontadas pelos discentes para justificar a infrequência ou abandono escolar, encontram-se os problemas financeiros, a transferência e a incompatibilidade entre trabalho e estudo.

Detectamos uma questão que merece reflexão: a frequência as aulas é importante, mas em muitos casos este aspecto do programa, que deveria garantir a inclusão, a permanência dos discentes, converte-se em instrumentos de perda deste direito.

Essa questão da perda do direito, também ficou evidenciada na apreciação dos gestores, ao confirmarem que a assistência estudantil no IFTM-Campus

Ituiutaba é “poucas vezes” executada como direito do estudante hipossuficiente.

Torna-se oportuno destacar que na própria avaliação dos gestores, o programa demonstra ter pouca eficiência, tanto no aspecto de servir de suporte para diminuir a infrequência e o abandono escolar, quanto sob a ótica de auxiliar os discentes nas dificuldades socioeconômicas.

Entre os alunos retirados do programa, a maioria atesta que o programa de assistência estudantil no IFTM- Campus Ituiutaba, contribui tanto para garantir a inclusão e a permanência tanto para minimizar as taxas de evasão e abandono escolar, bem como para democratizar as condições de ensino. Esse fato pode ser reflexo, da propriedade que esses estudantes têm em fazer a comparação do que é ter um benefício, que contribui com sua formação acadêmica dos discentes hipossuficientes, e depois perdem, seja por abandono escolar ou por infrequência.

Destacamos que, entre os discentes, ainda vinculados ao programa de assistência estudantil, a maioria dos pesquisados apontou que o programa de assistência estudantil contribui “às vezes” ou “nunca” para minimizar os efeitos das desigualdades sociais no IFTM – Campus Ituiutaba. Essa é uma posição extremamente desfavorável no que concerne ao aspecto de inclusão social proposto no PNAES, e ao mesmo tempo nos leva a reflexão do papel da assistência na vida escolar dos discentes.

De modo geral a pesquisa demonstrou que programa de assistência estudantil traz impacto positivo para os discentes do IFTM Campus – Ituiutaba, as pessoas que colaboraram com a investigação, em sua maioria acreditam que ele seja relevante para a instituição. Ora, alguns investigados e a própria realidade de evasão, indicam que o programa deve ser aperfeiçoado, quer em nível de legislação, quer de execução.

Cabe à organização educativa melhorar as práticas de implementação da assistência estudantil, de maneira que o trabalho administrativo, seja sentido pelos discentes, pois de acordo com o olhar de muitos dos seus operadores, ainda não se atingiu o patamar aceitável.

É importante lembrar, que para chegar ao final dessa dissertação, o caminho percorrido trouxe momentos de satisfação e também de constrangimentos, a exemplo, da coleta de dados, quando num universo de trinta e quatro *emails* enviados para alunos do programa de assistência estudantil, apenas onze colaboraram com a pesquisa, e entre os alunos retirados do programa, de catorze *emails* enviados, apenas cinco responderam ao formulário. Para recompensar, os gestores atenderam prontamente à nossa necessidade de coleta de dados e, todos participaram efetivamente da pesquisa.

Outras dificuldades foram sentidas, tais como, conciliar as atividades laborais, cuidado com a família e tempo de estudo, bem como os deslocamentos para estudo, o pouco tempo que tivemos para conhecer a cultura e o modo Português de interpretar a realidade e descrevê-la. O próprio vocabulário, muitas vezes precisou ser revisto para se ajustar ao modo português de escrever.

Essas dificuldades exigiram um direcionamento especial da orientadora, que soube, com louvor, conduzir as correções, sempre de forma delicada e sutil, para que a estrutura do trabalho ficasse adequada aos parâmetros da ESE.

É importante realçar que neste trabalho constam apenas algumas considerações a partir de uma realidade que está em constantes transformações e as inferências feitas do contexto estudado são provisórias e podem, também, servir como um ponto de partida para outros estudos, intervenções e olhares.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDIFES (2011) A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras*. Disponível em http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf <Acesso em 12/06/2016>.
- Arroyo, M. G. (2012). *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis. Brasil. Editoras Vozes.
- Assis A. C. L. DE. (2013) *Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF*. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-ana-carolina-lili-de-assis.pdf> <acesso em 13/08/2016>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: www.planalto.gov.br. <acesso em: 8/11/2016>.
- Brasil. (2010) Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20/12/2015.
- Brasil. (2007) Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. <Acesso em: 20/12/2016>.
- Brasil. (2001) Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. *Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Disponível em: www.planalto.gov.br. <Acesso em: 20/12/2016>.

Brasil. (1996) Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: www.planalto.gov.br. <Acesso em: 15/12/2016>.

Brasil. (1971) Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus* Disponível em: www.planalto.gov.br. <Acesso em: 15/12/2016>.

Brasil. (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*. Disponível em: www.planalto.gov.br. <Acesso em: 8/11/2015>.

Brasil. (1961) Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: www.planalto.gov.br <Acesso 8/11/2015>.

Brasil. (1946). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946*. Disponível em: www.planalto.gov.br. <Acesso em: 8/11/2015>.

Brasil. (1934) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934* Disponível em: www.planalto.gov.br. <Acesso em: 8/11/2015>.

Camenietzki, C. P. de A. (2014). *Programa nacional da assistência estudantil e a democratização do ensino superior: uma experiência da Universidade Federal de Uberlândia – UFU*. Disponível em: [http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT05/05 GT 05.pdf](http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT05/05_GT_05.pdf) <Acesso em 10/08/2016>

Costa S. G. (2010). ***A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil***. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/27499>. <Acesso em 20/06/2016>

FONAPRACE (1996) Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários e Estudantis. *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br> <Acesso em 12/06/2016>.

Fávero, M. L. A. A (1968). Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf> <Acesso em 29/07/2016>.

FONAPRACE. (2012). Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis ***Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares***. Disponível em:.....
<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Fonaprace+25+anos> <Acesso em 12/06/2016>.

FONAPRACE (1996) Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis. *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br> <Acesso em 12/06/2016>.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. ed 4. Editora Atlas. São Paulo. Brasil. Disponível em:.....
https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf <Acesso em 05/01/2017>.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* 6. ed.-: Editora Atlas. São Paulo. Brasil. Disponível em:
<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> <Acesso em 14/10/2017>.

IBGE (2010) *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio> <Acesso em 12/07/2016>

IFTM (2014) Resolução 84 de 1 de dezembro de 2014, *versa sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro*. Disponível em

<http://www.iftm.edu.br/proreitorias/extensao/resolucoes/arquivos/resolucao-84-2014.pdf> <Acesso em 09/12/2016>.

IFTM (2014) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. *Plano Estratégico de Ação de Permanência e Êxito dos estudantes do IFTM*. Uberaba. Minas Gerais/Brasil.

Iamamoto, M.V. (1998). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo/Brasil. Cortez

Junges, J, R., Recktenwald, M, Herbert, Noéli, Daiãm Raymundo, Moretti, A. Wagner, Tomasini, Francine, & Pereira, Bárbara Nicole Karlinski. (2015). Sigilo e privacidade das informações sobre usuário nas equipes de atenção básica à saúde: revisão. *Revista Bioética*, 23 (1), 204-210. <https://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015231060> <Acesso em 10/01 2017.

Johann, C. C. (2012.) *Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. Rio grande do Sul. Brasil.

Kowalski, A.V. (2012). *Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 179 f. Tese (Doutoramento em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUC-RS, Porto Alegre. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137> <Acesso em 10/08/2016>

Marx, K. (2002). *O capital: crítica à economia política*. 18. Ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2002) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes

Miranda, S. M DE. Pires, M. M. de Silva, Nassar, S. M. & Silva, C. A. J. (2008). Construção de uma escala para avaliar atitudes de estudantes de medicina. *Revista Brasileira De Educação Médica* 105 33 (1 Supl. 1): 104-110; 2009 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a11v33s1.pdf> <Acesso em 02/06/ 2017>.

Prodanov, C. C., Freitas E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmicos*. Universidade Feevale. Novo Hamburgo. Rio Grande do Sul. Brasil. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> <Acesso em 14 /10/ 2017>.

Ramalho L. E. G. (2013). *Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma Instituição de Ensino Profissional*. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2011-ludmila-eleonora-gomes-ramalho.pdf> <Acesso em 30/05/2016>.

Ristoff, Dilvo. (1999) A tríplice crise da universidade. In: Trindade, Hégio (org.). *Universidade em ruínas na república dos professores*. Petrópolis:. p. 201-210. Editora Vozes.

Rudio, F. V. (1980). *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 4. ed. Rio de Janeiro. Brasil. Vozes

Ramalho, L. E. G. (2013). *Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

APÊNDICES

Questionários para os gestores.

Sexo: () masculino () feminino

Cargo: () de direção () de coordenação

<i>Assinale com um X uma alternativa em cada linha</i>		1	2	3	4	5
1=Nunca; 2= Poucas vezes; 3=Às vezes; 4=Muitas vezes;						
5= Sempre						
Quanto à estrutura da PNAES	Delimita as prioridades?					
	Delimita o público alvo?					
	Delimita os objetivos?					
	Delimita as finalidades?					
	Delimita as áreas de atuação para AE?					
	Delimita parâmetros para implementação da AE?					
	Delimita a AE como direito do aluno hipossuficiente?					
Quanto à execução do PNAES no Campus Ituiutaba	Delimita a AE com leis normas internas?					
	Delimita as prioridades de acordo com as necessidades da classe estudantil?					
	Delimita os objetivos para inclusão e permanência do discente na AE?					
	Delimita as finalidades?					
	Delimita as áreas de atuação para AE					
	Delimita parâmetros para implementação da AE?					
	Delimita a AE como direito do aluno hipossuficiente?					

	Demonstra ser eficiência?					
Quanto ao impacto da AE	Considera que AE traz impacto para o IFTM – Campus Ituiutaba?					
	Considera que AE desperta no estudante interesse em estudar no IFTM – campus Ituiutaba?					
	Considera que AE contribui com a frequência e assiduidade do discente?					
	Considera que a AE auxilia nas dificuldades socioeconômicas do discente?					
	Considera que AE contribui para melhorar a participação e envolvimento dos discentes nos assuntos estudantis?					
Quanto aos objetivos AE	Assistência Estudantil contribui para inclusão e permanência no ensino?					
	Assistência Estudantil contribui para democratizar as condições do ensino no IFTM- campus Ituiutaba?					
	Assistência Estudantil contribui para minimizar as taxas de retenção e abandono escolar?					
	Assistência Estudantil contribui para minimizar os efeitos das desigualdades sociais no IFTM - Campus Ituiutaba?					
	Assistência Estudantil contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes?					
Quanto à importância da AE	Considera AE um programa importante?					

Questionário para alunos matriculados e assistidos pelo programa de assistência estudantil no IFTM– Campus Ituiutaba

Identificação do estudante

Sexo () M () F

Idade: ____

Curso: () superior () técnico

Período: () Integral () integrado () Noturno

<i>Assinale com um X uma alternativa em cada linha</i>		1	2	3	4	5
1=Nunca; 2= Poucas vezes; 3=Às vezes; 4=Muitas vezes; 5= Sempre						
Quanto ao impacto da AE para o discente	Considera que AE traz impacto para o IFTM – Campus Ituiutaba?					
	Considera que AE desperta no estudante interesse em estudar no IFTM – Campus Ituiutaba?					
	Considera que AE contribui com a frequência e assiduidade do discente?					
	Considera que a AE auxilia nas dificuldades socioeconômicas do discente?					
	Considera que AE contribui para melhorar participação e envolvimento dos discentes nos assuntos estudantis?					
Quanto aos objetivos AE	Assistência Estudantil contribui para inclusão e permanência no ensino?					
	Assistência Estudantil contribui para democratizar as condições do ensino no IFTM- campus Ituiutaba?					

	Assistência Estudantil contribui para minimizar as taxas de retenção e abandono escolar?					
	Assistência Estudantil contribui para minimizar os efeitos das desigualdades sociais no IFTM - Campus Ituiutaba?					
	Assistência Estudantil contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes?					
Quanto à importância da AE	Considera AE um programa importante?					

Questionário para os alunos retirados do programa de assistência estudantil no IFTM – Campus Ituiutaba

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Curso: () superior () técnico

Período: () Integral () integrado () Noturno

Qual motivo você foi desvinculado do programa de assistência?

() infrequência () abandono escolar

Qual/ais motivo(s) da infrequência/abandono escolar
Aqui pode ser marcada mais de uma opção

() problemas financeiros do estudante ou da família

() transferência

() retenções em disciplinas ou estágio

() incompatibilidade com o horário de trabalho

- () não adaptação ao modelo de ensino
 () desmotivação com o curso escolhido;
 () outros _____.

Assinale com um X uma alternativa em cada linha		1	2	3	4	5
1=Nunca; 2= Poucas vezes; 3=Às vezes; 4=Muitas vezes; 5= Sempre						
Quanto ao impacto da AE para o discente	Considera que AE traz impacto para o IFTM – Campus Ituiutaba?					
	Considera que AE desperta no estudante interesse em estudar no IFTM – campus Ituiutaba?					
	Considera que AE contribui com a frequência e assiduidade do discente					
	Considera que a AE auxilia nas dificuldades socioeconômicas do discente?					
	Considera que AE contribui para melhorar participação e envolvimento dos discentes nos assuntos estudantis?					
Quanto aos objetivos AE	Assistência Estudantil contribui para inclusão e permanência no ensino?					
	Assistência Estudantil contribui para democratizar as condições do ensino no IFTM- campus Ituiutaba?					
	Assistência Estudantil contribui para minimizar as taxas de retenção e abandono escolar?					
	Assistência Estudantil contribui para minimizar os efeitos das desigualdades sociais no IFTM - Campus Ituiutaba?					
	Assistência Estudantil contribui para promover a inclusão social dos discentes hipossuficientes?					
Quanto à importância da AE	Considera AE um programa importante?					

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar do estudo "A assistência estudantil: possibilidades de inclusão e permanência social na educação. Um estudo no IFTM Campus Ituiutaba" para o trabalho de mestrado. A sua participação será de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa é importante que você compreenda as informações contidas neste documento. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sob nenhuma penalidade. Esse trabalho tem como objetivo compreender as causas do abandono escolar entre alunos do programa de assistência do IFTM do Campus Ituiutaba. Não será feito nenhum procedimento que traga riscos ou desconforto para a sua vida. Você poderá obter todas as informações que desejar ou deixar de participar deste estudo a qualquer momento, retirando o seu consentimento de participação, sem nenhum prejuízo. Como é um estudo sem financiamento, você não receberá nenhum valor em dinheiro e também não terá gasto. O estudo respeitará, na íntegra, os princípios éticos da investigação, nomeadamente o anonimato e a confidencialidade dos dados dos participantes. Contato da Pesquisadora: Pesquisadora: Maria Regina Campaner Locatelli E-mail: mariaregina@iftm.edu.br Telefone: 34-992229379. Endereço: Rua Oswaldo Carneiro, 171, Bairro Nossa Senhora Aparecida – Uberlândia – MG - Brasil. Orientadora: Margarida Delgado Paiva * Co-Orientador Manuel Messias Oliveira



Maria Regina Campaner Locatelli <mariaregina@iftm.edu.br>

PLATBR - Estado de apreciação de Pesquisa

2 mensagens

Equipe Plataforma Brasil <plataformabrasil@saude.gov.br>

19 de junho de 2017 16:21

Para: MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI <mariaregina@iftm.edu.br>

Caro (a) Pesquisador (a) e Assistente(s),

O projeto Assistência Estudantil: possibilidades e perspectivas de inclusão e permanência social na educação foi aceito para análise no CEP. Significa que o CEP concluiu a validação documental de sua última submissão, por favor verifique a situação do projeto de pesquisa e atenda a possíveis pendências documentais, se existirem. Caso contrário aguarde o parecer consubstanciado do CEP, cujo o nome pode ser consultado no campo localização atual do projeto, disponível no item detalhar.

Atenciosamente,

Plataforma Brasil

Esta é uma mensagem automática. Favor não responder este e-mail.

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

Equipe Plataforma Brasil <plataformabrasil@saude.gov.br>

19 de junho de 2017 16:30

Para: MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI <mariaregina@iftm.edu.br>

Caro (a) Pesquisador(a),

Favor acessar a Plataforma Brasil para verificar as informações atualizadas sobre o projeto Assistência Estudantil: possibilidades e perspectivas de inclusão e permanência social na educação.

Atenciosamente,

Plataforma Brasil

www.saude.gov.br/plataformabrasil

[Texto das mensagens anteriores oculto]



MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI - Pesquisador | V3.2

Cadastros

Sua sessão expira em: 39min 35

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Assistência Estudantil: possibilidades e perspectivas de inclusão e permanência social na educação
 Pesquisador Responsável: MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI
 Área Temática:
 Versão: 2
 CAAE: 60889716.7.0000.5704
 Submetido em: 19/06/2017
 Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Receção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_801979

LISTA DE PESQUISADORES DO PROJETO

CPF/Documento*	Nome*	Atribuição	E-mail*	Currículo	Tipo de Análise*	Ação
434.360.729-15	MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI	Contato Científico, Contato Público, Pesquisador principal	mariaregina@iftm.edu.br	LaTeX CV	PROponente	

LISTA DE COMITÊS DE ÉTICA DO PROJETO

Comitê de Ética*	Tipo de Vínculo*	Ação
5704 - Faculdade Una de Uberlândia	COORDENADOR	

LISTA DE INSTITUIÇÕES DO PROJETO

CNPJ da Instituição*	Razão Social*	Tipo de Instituição*	Comitê de Ética*	Ação
10.695.891/0001-00	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO	PROponente		

LISTA DE PROJETOS RELACIONADOS

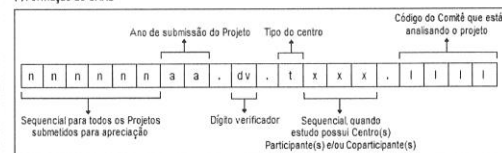
Tipo*	CAAE*	Versão*	Pesquisador Responsável*	Comitê de Ética*	Instituição*	Origem*	Última Avaliação*	Situação*	Ação
P	60889716.7.0000.5704	2	MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI	5704 - Faculdade Una de Uberlândia	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO	PO	PO	Aprovado	

LEGENDA:

(*) Tipo

P = Projeto de Centro Coordenador Pp = Projeto de Centro Participante Pc = Projeto de Centro Coparticipante

(*) Formação do CAAE



(*) Origem / Última Avaliação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador POp = Projeto Original de Centro Participante POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
 E = Emenda de Centro Coordenador Ep = Emenda de Centro Participante Ec = Emenda de Centro Coparticipante
 N = Notificação de Centro Coordenador Np = Notificação de Centro Participante Nc = Notificação de Centro Coparticipante

[Voltar](#)



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Assistência Estudantil: possibilidades e perspectivas de inclusão e permanência social na educação			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 60			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI			
6. CPF: 434.360.729-15		7. Endereço (Rua, n.º): OSWALDO CARNEIRO NOSSA SENHORA APARECIDA Apto. 103 UBERLÂNDIA MINAS GERAIS 38400780	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (34) 3212-7186	10. Outro Telefone:	11. Email: mariaregina@iftm.edu.br
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: <u>30 / 03 / 2016</u> <u>Maria Regina Campaner Locatelli</u> Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO		13. CNPJ: 10.695.891/0001-00	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (34) 3326-1112		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>Rodrigo Grani Martins</u> CPF: <u>299.639.058-03</u> Cargo/Função: <u>Diretor Geral</u> Data: <u>30 / 09 / 16</u> <u>Rodrigo Grani Martins</u> Assinatura</p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

FACULDADE UNA DE
UBERLÂNDIA



Continuação do Parecer: 2.125.796

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_801979.pdf	19/06/2017 15:20:16		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Resposta_pendencia.docx	19/06/2017 15:20:00	MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.pdf	30/09/2016 21:16:46	MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	preprojeto.pdf	30/09/2016 21:10:01	MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI	Aceito
Folha de Rosto	DOC001.pdf	30/09/2016 20:18:36	MARIA REGINA CAMPANER LOCATELLI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLÂNDIA, 19 de Junho de 2017

Assinado por:
denis fabiano de souza
(Coordenador)

Endereço: Alameda Paulina Margonari, 59

Bairro: JARDIM KARAIBA

CEP: 28.411-206

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

Telefone: (34)3233-1505

E-mail: cep@una.br